

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GLEICE CANDIOTO RAUPP

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) E
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) DE FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE DA
UNIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 19/07/07


Rosana Maria Gato
Depto de Serviço Social / CSE

Florianópolis-SC
2007

GLEICE CANDIOTO RAUPP

**PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) E
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) DE FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE DA
UNIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-econômico da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.^a Dr.^a Simone Sobral Sampaio.


Florianópolis-SC
2007


GLEICE CANDIOTO RAUPP

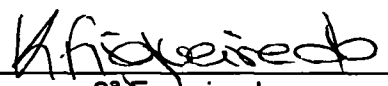
**PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) E
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) DE FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE DA
UNIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

BANCA EXAMINADORA:


Prof^a. Dra. Simone Sobral Sampaio
Orientadora


1^a Examinadora
Prof^a. Dra Marli Palma
Prof^a. Departamento de Serviço Social – UFSC


2^a Examinadora
Assistente Social
Kátia Carvalho Figueiredo

Florianópolis-SC
2007

*Dedico este trabalho ao meu pai Eloir e minha mãe
Nivalda, pelo amor incondicional de vocês e por
acreditarem em meu potencial.*

*À minha vózinha querida Lídia, pela ajuda e carinho
que me deu em todos os momentos que precisei.*

*Ao meu namorado querido Kleber, pela força, amor
e paciência.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido tão fiel comigo sempre, e em especial na minha caminhada acadêmica. Sem o Teu poder sobre a minha vida eu não chegaria a lugar algum. Obrigada Pai amado pelo teu amor.

Meus pais, meus tesouros! Obrigada amados, pela força que vocês me deram para chegar nesta conquista que tanto sonhei.

Meu paizinho Eloir, querido sei o quanto tu se esforçou, lutou e trabalhou para que eu pudesse estudar em Florianópolis, não esquecerei jamais. Você foi uma das pessoas responsáveis por este meu sonho estar se realizando. Quero te dizer que te amo demais, e que você é o melhor pai do mundo, o mais amado, querido e especial. Sempre me fazendo rir e me incentivando em todos os momentos, dizendo sempre: “filha eu sei que você consegue, pois tu és guerreira”. Esta conquista também é sua pai querido.

Agradeço a minha mãezinha linda, sempre me ajudando e acreditando em meu potencial. Te amo muito, e te agradeço pelo seu amor e carinho. Você sempre lutando para me ver feliz, fazendo o possível e o impossível para que os meus sonhos se realizem. O meu sonho de estudar na UFSC, foi realizado, graças a você também, que sempre me incentivou. Obrigada por ser uma mãe maravilhosa .

Ao meu namorado Kleber que sempre esteve do meu lado, me incentivando, ajudando, tendo paciência comigo em muitos momentos que estive ansiosa. Obrigada pelo seu carinho e amor meu lindo, você é muito especial em minha vida.

A minha vózinha Lídia que esteve sempre me ajudando para que eu conseguisse terminar meus estudos. Eu te agradeço muito pelo seu amor e carinho.

As minhas irmãs Daiane e Laize que me deram amor e carinho nesta minha trajetória.

Aos meus chefinhos queridos do Centro de Desportos (CDS) - UFSC, Deni, Profº Moro e Profº Osni, obrigada por me ajudarem em todos os momentos que precisei, vocês são pessoas maravilhosas que Deus colocou em minha vida.

A Prefeitura de Florianópolis pela oportunidade de estágio no PETI, e a toda equipe técnica do programa que contribuiu para minha formação profissional, agradeço a todos, aprendi muito com vocês.

*A grande arte da vida é acordar depois de...
um sonho, levantar depois de um...
tombo, sorrir depois de uma decepção...
e nunca se desanimar!!!!*

*É olhar pra frente...
com a esperança da vitória!!! ”*

(Autor desconhecido)

RESUMO

RAUPP, Gleice Candioto. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF) de Florianópolis: uma análise da unificação dos benefícios. 2007. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar a unificação de benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF), no município de Florianópolis, e mostrar a situação das famílias cadastradas no PETI, após essa integração. Na portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005, do governo federal, consta que não poderá haver diminuição no valor do benefício com a unificação. Todavia, constatou-se que mesmo sendo a proposta de unificação uma estratégia de otimização do sistema de gestão da política de transferência de renda, trazendo melhorias para o gerenciamento dos benefícios e, até mesmo, proporcionando aumento no valor recebido por algumas famílias, ocorreu que um número significativo de beneficiários foram prejudicados, pois tiveram diminuição no valor recebido. Essa realidade pode ser vista através dos resultados da pesquisa documental da situação das famílias que migraram de benefício do PETI para o PBF. Demonstrando a importância do processo de gestão da informação e, sobretudo a necessidade de politização desses programas, influenciando em uma dinâmica participativa de seu controle social através da articulação com os conselhos de assistência social para que a situação das famílias prejudicadas seja revertida.

Palavras-chave: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Política de Transferência de Renda. Unificação de benefícios.

LISTA DE SIGLAS

B P C – Benefício de Prestação Continuada
BID - Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADÚNICO - Cadastro Único
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
C E F - Caixa Econômica Federal
CONANDA -Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
LOAS - Lei orgânica da Assistência Social.
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONGS - Organizações Não Governamentais
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PBF – Programa Bolsa-Família
PNAS -Política Nacional de Assistência Social
PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de domicílio.
PT - Partido dos Trabalhadores
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro.
PRN - Partido Republicano Nacional
SNAS - Secretária nacional da Assistência Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RELATÓRIO GERAL APÓS UNIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS PETI E PBF	58
TABELA 2 - RELATÓRIO GERAL DA MUDANÇA DE ORÇAMENTO COM A TRANSIÇÃO PETI-PBF ...	59
TABELA 3 - VARIAÇÃO DO BENEFÍCIO PARA FAMÍLIAS BENEFICIADAS	59
TABELA 4 - VARIAÇÃO DO BENEFÍCIO PARA FAMÍLIAS PREJUDICADAS	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA E O REDIRECIONAMENTO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA..	13
2.1 Primeiras Propostas de políticas de Transferência de Renda no país.....	15
2.1.1 Benefício de Prestação Continuada.....	22
2.1.2 Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social	22
2.2 Política de Assistência Social nos últimos anos	23
3 OS PROGRAMAS SOCIAIS PETI E PBF, COMO REALIDADES DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	29
3.1 Programa Bolsa Família (PBF).....	29
3.2 Trabalho precoce e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	35
3.2.1 PETI – Florianópolis	42
4 PROGRAMA PETI E PBF, SEUS PONTOS EM COMUM, ATÉ A UNIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS	47
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	55
6 RESULTADOS	58
6.1 Análise dos resultados.....	60
6.2 Análise da Entrevista.....	60
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	70
ANEXO	71

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura histórica do país está marcada por diversas transformações oriundas de um sistema capitalista excludente. Mudanças no mundo do trabalho tais como: desemprego estrutural, precarização do trabalho e a destituição de direitos sociais conquistados, contribuem para o aumento da desigualdade social no país. Desta forma, surgem as expressões das questões sociais e o aumento da exclusão social.

É válido lembrar que a Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais, introduzindo a Seguridade Social, tendo como tripé a Assistência Social, Saúde e Previdência, sendo o Estado o interventor. Neste sentido, a Assistência Social é destinada a todos aqueles que dela necessitarem. Porém a realidade que se apresenta no país são famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, buscando nas políticas públicas meios de garantir a sua sobrevivência.

Neste contexto encontram-se os Programas de Transferência de Renda que são criados para distribuir a riqueza socialmente produzida, com o objetivo de diminuir a desigualdade social do país. Distribui-se, desta forma, recurso monetário para as famílias, para que possam ter acesso às suas necessidades mínimas. Apesar dos programas existentes serem excludentes, focalizados e seletivos, pesquisas mostram que os mesmos contribuem para queda da desigualdade social no país. Entre estes programas está o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Família (PBF).

O presente trabalho de conclusão de curso tem como foco central conhecer o impacto inicial do processo referente à Unificação dos benefícios dos programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF), utilizando-se da realização de uma pesquisa a fim de verificar a situação das famílias cadastradas no PETI, que passaram a receber seu benefício pelo PBF.

A escolha do tema foi definida com base na experiência de estágio curricular obrigatório, realizado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de Florianópolis, cuja gestão encontra-se na Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social - Gerência da Criança e do Adolescente, no período de agosto de 2006 a abril de 2007. Através da prática diária de atendimento

às famílias, surgiram dúvidas relacionadas aos benefícios expressadas tanto pelo corpo técnico quanto pelos usuários do PETI, devido sua integração com o PBF.

Diante do exposto viu-se a necessidade de se trazer a discussão sobre a Política social de Transferência de Renda e seus impactos para reduzir a pobreza no país. Da mesma forma, mostrar as particularidades dos programas PETI e PBF, chegando à unificação de seus benefícios. Para alcançar o objetivo proposto, foram selecionados referenciais teóricos que permitiram a análise do fenômeno em questão e o desvelamento de suas causas.

O trabalho apresenta-se estruturado em três seções. A primeira seção descreve os novos rumos da política social brasileira e o redirecionamento aos programas de Transferência de Renda; primeiras propostas de política de Transferência de Renda no país; e a política de Assistência Social nos últimos anos.

A segunda seção aborda o Programa Bolsa Família (PBF), suas particularidades e seu impacto na redução da desigualdade no país. Ela também traz considerações sobre o trabalho precoce e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com uma breve contextualização do PETI em Florianópolis.

A terceira seção consiste na apresentação dos pontos comuns entre os programas PETI e PBF, apresentando sua unificação de benefícios. Esta seção destaca a apresentação dos resultados da pesquisa documental sobre a situação das famílias que migraram de benefício do PETI para o PBF, a partir da decisão governamental expressa na portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005.

Poderá ser observado que apesar do desempenho técnico na execução do processo de unificação, este ainda apresenta falhas que precisam de um rígido diagnóstico de modo a formular propostas para sua melhoria e beneficiar, de fato, as famílias inscritas.

2 OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA E O REDIRECIONAMENTO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O desenvolvimento histórico do país no campo social está marcado pela construção de um “Estado de bem-estar social” pautado em uma base meritocrática, clientelista, populista, assistencialista, entre outros.

Em face disto tem-se um Estado que é mínimo para o social, através do projeto neoliberal. Na realidade brasileira imperam as desigualdades sociais, aliadas ao desmonte nas leis de proteção social ao cidadão, impedindo então conquistas sociais advindas ao longo da história do país. Conquistas estas como: leis trabalhistas, direitos adquiridos através da Constituição de 1988, entre outras.

É importante lembrar que o processo constitutivo denominado de Sistema de Proteção Social teve no Brasil suas primeiras iniciativas no período de 1930 e 1943. Nesta época vivia-se uma conjuntura sócio-econômico-política de grandes transformações, marcada pela passagem de um desenvolvimento agro-exportador para um modelo econômico industrial. Deste modo, o Estado passa a assumir responsabilidades no campo da saúde, educação, previdência social e etc (SILVA, 1995).

O sistema brasileiro de Proteção Social persegue sua consolidação e expansão durante o autoritarismo na ditadura militar nos anos de 1970. A ditadura foi marcada pela repressão para aqueles que eram opositores da política vigente. Neste contexto, destaca-se a década de 1980, os movimentos sindicalistas, sociais, urbanos e rurais que contribuíram para a expansão dos direitos sociais e a conquista da Constituição de 1988 e seu capítulo destinado à Seguridade Social.

É válido ressaltar que a questão da cidadania foi destacada, sendo que o marco foi à ampliação dos direitos sociais na Constituição de 1988, que introduziu a Seguridade Social, tendo como tripé as políticas integrantes de Assistência Social, Saúde e Previdência, e como interventor o Estado.

Porém por orientações advindas do consenso de Washington¹, cujo receituário teórico neoliberal teve adoção em quase todos países do mundo, os governos estavam sendo levados à desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser geridos pela iniciativa privada.

A partir dos anos de 1990, o governo brasileiro passou a adotar um projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, na busca de inserir o Brasil na competitividade do setor econômico. Deste ajuste econômico, decorreram inúmeras conseqüências como : estagnação do crescimento econômico, precarização e instabilidade do trabalho, desemprego, redução de salários e com isso gerando o aprofundamento da pobreza no país (SILVA, 1995).

No tocante, observa-se que no decorrer histórico do Brasil, vê-se claramente a forte preocupação com o setor econômico em detrimento ao social. As questões relacionadas aos direitos sociais e a Assistência Social são deixadas de lado, tendo como prioridade, objetivos governamentais relacionados ao equilíbrio fiscal e monetário do país.

Corroborando com o pensamento de Pereira (2001, p. 225),

a assistência social também é componente da seguridade social porque integra e define um veio da seguridade, que é a sua dimensão distributiva, por oposição à dimensão contributiva definida pela previdência social. Além disso, ela deve agir não só no sentido de livrar os seus destinatários dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os preventivamente das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego familiar e etc. É nesse sentido que ela deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema.

Desta forma, em toda esta conjuntura, as expressões da questão social emergem, enquanto produto da força política, novas formas de exclusão social e

¹ As orientações advindas do consenso de Washington têm como fundamentação a ideologia neoliberal, que destaca o primado do mercado livre e aberto, em convivência com um Estado mínimo que preconizava: estabilização econômica (combate à inflação), realização das reformas estruturais (privatização, desregulamentação de mercados, liberação financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para incrementar o desenvolvimento. Contudo indicavam a diminuição de gastos com as políticas sociais e na retirada do Estado do Campo social. Para maior entendimento vide: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995).

econômica surgem, tendo como transformações as mudanças no mundo do trabalho. Como conseqüências, o aumento do desemprego estrutural, precarização das formas de trabalho e principalmente mudança no perfil do trabalhador, de quem exige-se mais devido ao mercado capitalista competitivo.

Segundo Marilda Iamamoto (2001), podemos entender a questão social como um conjunto das expressões que são geradas pela enorme desigualdade que se forma através da sociedade capitalista. Desta maneira a desigualdade social contribui para o aumento da exclusão social e das expressões da questão social.

Contudo, em meados da década de 1990, o Sistema de Proteção Social é incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção da população brasileira. Deste modo, a economia do país está voltada em um sistema capitalista, onde há concentração de riquezas e miséria.

É importante lembrar que a Assistência Social como política, se efetiva em nossa sociedade no contexto do modo de produção capitalista, em que a lógica do sistema é altamente excludente, não somente na dimensão material, mas também de uma forma mais abrangente na existência humana.

O Estado brasileiro adota a lógica, justificada pela ideologia neoliberal, de rebaixar seu dever social, quando demanda o atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. Sendo assim, o governo transfere esta responsabilidade para a sociedade civil, que trabalha mediante práticas de parcerias e de solidariedade. Neste contexto, o movimento rumo à universalização dos direitos sociais, passou a ser considerado um movimento de focalização.

De acordo com Silva (1997), o desenho tradicional do *Welfare State* (Estado de bem-estar social), é formado pela contribuição dos que se encontram inseridos no mercado de trabalho, e a Assistência Social representada por serviços e auxílios sociais destinados a categorias específicas em dificuldade, não responde mais às novas questões sociais.

2.1 Primeiras propostas de políticas de Transferência de Renda no país

Neste contexto do Sistema de Proteção Social, dá-se ênfase ao debate internacional em torno da política de Transferência de Renda e suas primeiras iniciativas no Brasil. Verificando então a necessidade de outros meios para

superação e combate à pobreza no país. Neste âmbito encontram-se os programas de Transferência de Renda como forma de enfrentar a pobreza no país.

A proposta de renda mínima tanto pode ser de proposta liberal / neoliberal como uma proposta progressiva no campo da inclusão social e da afirmação da cidadania, dependendo do programa adotado e de seu horizonte, das relações de interface que estabelece com outras políticas sociais (SPOSATI, 2001a, p. 78).

Sendo assim, a partir de 1970 surgem discussões sobre programas de Renda Mínima ², com propostas de operacionalização através de um imposto chamado *negativo*³. Porém, apenas em 1991 o Senador Eduardo Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 80 onde propunha a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) com objetivo de abranger todas as pessoas maiores de 25 anos de idade residentes no país e que recebessem uma renda inferior a 2,5 salários mínimos ou com renda nula.

O Senador Eduardo Suplicy fundamentava e justificava seu projeto de lei baseado na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, inciso III, onde determina a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais. Deste modo, a transferência de uma renda mínima teria como público alvo as pessoas que não conseguem suprir suas necessidades básicas.

É de suma importância destacar que

A renda mínima proporciona o fisicamente indispensável para que uma pessoa possa conseguir trabalho, assimilar educação, treinamento e etc., posto que um miserável não dispõe sequer de condições mínimas para procurar emprego (aparência) e, muito menos, para assimilar uma qualificação mínima (aprendizagem) que o capacite para o trabalho (SILVEIRA, 1992 *apud* SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 45).

Deste modo, através da Transferência de Renda, o cidadão terá, por menor que esta seja, condições de estar nutrido e vestido para participar de uma entrevista de emprego. Sendo que a miserabilidade exclui as pessoas de ao menos participar de processos seletivos de trabalho. Desta forma os Programas de Transferência de

² Entendida como uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, que tem ocupado um espaço marginal no âmbito do debate brasileiro sobre as questões sociais. Vide mais em Silva, (1997a, p. 107).

³ Definido de forma inversa do imposto de renda, o cidadão que possui renda superior ao nível máximo de isenção, paga imposto, e o cidadão com renda inferior ao nível mínimo de isenção receberia o imposto negativo.

Renda causam impacto na vida das pessoas que antes, estavam excluídas socialmente, tendo como objetivo diminuir as desigualdades sociais existentes no país, retirando o cidadão da armadilha da miséria.

Para tanto, a instituição de um mínimo no contexto brasileiro, pode, inicialmente, ser identificada com a criação do salário mínimo⁴ em 1934, ou, mais precisamente, em 1940, com sua implantação.

É imperativo afirmar que através dos programas de renda mínima, possibilitou-se a implantação de outros programas de combate à pobreza com transferência de benefícios monetários.

os programas de transferência de renda são apontados como uma possibilidade concreta, da garantia do direito elementar do ser humano, o direito a vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida (SUPLICY, 2002, p.143).

O autor citado faz indicações importantes de experiências desta natureza em outros países⁵. Para Suplicy (2002, p.143) “o pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidades de desvios, e economia de tempo para as pessoas, conferindo as mesmas, grau de cidadania”. Analisando a afirmação do autor, através da transferência de recurso em dinheiro, a família tem possibilidade de escolher aquilo que lhe é considerado necessário. Em suma permitir ao cidadão a escolha na aquisição de bens e serviços.

Mesmo com a aprovação do projeto de lei do Senador Eduardo Suplicy em 1991, as primeiras experiências ocorreram no ano de 1995, nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto (SP) e no Distrito Federal. A abrangência nacional da instituição de um programa de garantia de renda mínima, após o primeiro projeto de lei e sua efetivação, transcorreram durante sete anos (FONSECA, 2001).

Na compreensão de Sposati (1997a), não se trata de transferir uma cesta básica ao cidadão, pagamento de algum aluguel, ou outro benefício, mas sim ampliar a capacidade de consumo e acesso do cidadão suprir à uma necessidade, por intermédio de compra.

⁴ A instituição do salário mínimo significou originalmente o estabelecimento de um salário de base, que fosse capaz de garantir condições de alimentação, habitação, vestuário, cuidados médicos, e educação para o trabalhador e sua família, Vide mais em Silva (1997, p.107).

⁵ Para maior entendimento, vide a obra de Eduardo Suplicy Renda de Cidadania, a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.

Os programas de transferência de renda são entendidos como aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.19).

Esta abordagem leva a entender que os programas de Transferência de Renda não podem ser executados de forma isolada, mas sim articulados com outras políticas sociais, como por exemplo a geração de emprego.

Os programas de Transferência de Renda são vistos como possibilidade de solução para a crise do desemprego, enfrentamento da pobreza, sendo defendido e criticado por diversas categorias como: políticos, estudiosos das questões sociais de diferentes matrizes teóricas, dentre elas destacam-se:

- a) Uma natureza liberal / neoliberal que considera os programas de transferência de renda como mecanismo compensatório e residual. Eficiente no combate a pobreza e ao desemprego e enquanto uma política substitutiva dos programas e serviços sociais e como mecanismo simplificador dos Sistemas de Proteção Social;
- b) Uma perspectiva de natureza progressista / distributiva que considera os programas de Transferência de Renda enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como política de complementação aos serviços sociais básicos já existentes e voltadas para inclusão social;
- c) Uma perspectiva que percebe os Programas de Transferência de renda como mecanismos provisórios para permitir a inserção social e profissional dos cidadãos, numa conjuntura de pobreza e de desemprego (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Contudo a conjuntura do Brasil está pautada no crescimento do desemprego no país, população vivendo abaixo da linha de pobreza, modelos econômicos excludentes e concentradores de renda, e destituição de direitos sociais conquistados.

Na concepção de Castel (1995 *apud* FERREIRA, 1999), a garantia de uma renda social incondicional está diretamente vinculada à crise da sociedade salarial, materialização na flexibilização do mercado, nos crescentes índices de desemprego em massa e de longa duração, no aumento dos empregos precários, intermitentes, não-estáveis e que não garantem direitos aos cidadãos.

Sendo assim, os programas de Transferência de Renda são formas para o enfrentamento da pobreza no país, das questões sociais emergentes decorridas das

transformações no mundo do trabalho, que afetam o nível de desemprego e também do modelo econômico concentrador de renda. De outro modo, os programas de Transferência de Renda fazem a distribuição da riqueza socialmente produzida.

Segundo Sposati (1997a), a renda mínima é mais que um direito social ao se propor como direito humano. Ela se torna um aperfeiçoamento do sistema de proteção social, sendo uma política de complementação das políticas sociais, um instrumento de equidade e redistribuição social.

É importante ressaltar que um dos grandes riscos dos programas de transferência de renda é seu uso político. No sentido que seu acesso seja passível de um ritual que o vincule à figura do governante, sendo assim ele poderá ser visto como um favor e não como um direito do cidadão (SPOSATI, 1997a).

Embora haja transformações com relação à estrutura funcional dos programas públicos, muitos ainda são de ordem focalista e seletista. No que concerne os Programas de Transferência de renda, eles agem de forma a diminuir a desigualdade social dos usuários. No tocante, há uma emergência na sobrevivência dos usuários, mesmo porque muitos sem o recebimento destes auxílios, encontraram-se em situações piores.

Conforme Silva (1997), as críticas aos programas de renda mínima no Brasil, se referem principalmente nas questões que dizem respeito ao desestímulo ao trabalho, e ao elevado custo do programa. Além destas, existe a possibilidade de desonestidade das pessoas ao declararem seu rendimento, a corrupção do governo, as dificuldades na administração, entre outros argumentos. No entanto no que concerne à questão de direitos, a autora aponta a legitimidade de programas de Transferência de Renda, tendo em vista que o beneficiário poderá escolher como gastar seu dinheiro.

Em relação ao mundo do trabalho, há uma decadência significativa do nível de emprego que faz com que o acesso à renda proveniente de um trabalho, torne-se algo distante de muitos brasileiros.

Como afirma Santos (2003), a revolução tecnológica possui um caráter dicotômico: que de um lado traz inovações que viabilizam e intensificam o aumento

Deste modo, a população brasileira tem direitos a um conjunto de benefícios, programas e projetos criados pelo Governo Federal para diminuição das desigualdades sociais.

Conforme Pereira (2000), as inovações preconizadas na LOAS foram os princípios de descentralização e participação da sociedade na elaboração e controle da política de Assistência Social. Através da LOAS criou-se os fundos estaduais, nacionais e municipais, para facilitar o repasse de recursos destinados a esta política, permitindo um maior controle dos recursos destinados para área social.

É importante ressaltar que a LOAS inclui no debate da proteção social a concepção de *mínimos sociais*, onde define em seu art. 1º, a Assistência Social como uma política de Seguridade Social não contributiva, definindo mínimos sociais como parâmetro para a mesma, desta forma este conceito orienta o debate das propostas de renda mínima e, contudo dos programas de Transferência de Renda.

De acordo com o pensamento de Sposati (1997b), a autora coloca cinco patamares de padrão de vida para propor os mínimos sociais. Sendo que os mesmos devem garantir: a) sobrevivência biológica, o limite de subsistência no limiar da pobreza; b) condição de poder trabalhar, algumas condições para ser empregado e poder se manter; c) qualidade de vida, conjunto e acesso a um padrão de vida por meio de serviços e garantias; c) desenvolvimento humano, possibilidade de desenvolver suas capacidades humanas; d) necessidades humanas, isto é, atender não só as necessidades gerais, mas incluir as especiais, garantindo tanto a igualdade como a equidade.

Em concordância com Sposati (1997b), a Assistência Social é uma resposta à questão social, tão logo ela é nascida das necessidades da população e articuladas como estratégia de controle do Estado sobre as classes subalternizadas. A prática de políticas públicas são também conquistas de direitos sociais e reconhecimento da cidadania.

Contudo, o processo de desenvolvimento histórico da política social brasileira tem seu rumo na construção de uma política pública de Transferência de Renda. Evidencia-se que os programas de transferência monetária direta aos indivíduos ou às famílias representam elemento central na Constituição atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Dentre os Programas de Transferências de Renda atualmente no Brasil, estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF),

Segundo Faleiros (1997), o projeto de Suplicy propõe uma renda para quem trabalha e para quem não trabalha, não distinguindo os capacitados dos não capacitados. Deste modo, uma forma de auxílio financeiro para as famílias consideradas pobres.

No debate sobre Transferência de Renda estão presentes as várias transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e economia do país, cujas conseqüências que mais se destacam são: o aumento do número de desempregados, trabalhos precarizados alcançando a todas as idades, principalmente os jovens. Deste modo surgem as novas manifestações das questões sociais, originárias do processo capitalista onde a concentração de renda está nas mãos de poucos, e a grande maioria da população fica a mercê da miséria, tendo como saída o acesso aos programas de Transferência de Renda. Esses Programas são destacados como possibilidades de enfrentamento da miséria e de segurança alimentar para muitas pessoas.

Com o crescimento do desemprego e a destituição de direitos sociais anteriormente conquistados compõem os eixos polarizadores da conjuntura que vem sustentando o debate a prática dos Programas de Transferência de Renda no Brasil (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 40).

Neste contexto, no ano de 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de nº 8.742/93. E sua aprovação foi resultado de intensa mobilização da sociedade civil, ministério público, e em destaque os Assistentes Sociais. Mesmo com a proposta de extensão de direitos da Seguridade Social a todos aqueles que por quaisquer motivos estão passando por vulnerabilidades sociais, a política de Assistência Social em nosso país é ainda muito restrita, ou seja, ela tem caráter compensatório, focalista e seletivo, portanto não tem caráter universal como preconiza a LOAS.

É de suma importância afirmar que através da Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), dispositivo que regula o direito a Seguridade Social, todos os cidadãos brasileiros que estão descobertos da proteção previdenciária, seja por inserção precária no mercado de trabalho, ou exclusão do mercado formal, ou até mesmo que por alguma circunstância se encontram em situação de vulnerabilidades sociais devem ser amparados pelo Estado (MARTINS; PAIVA, 2003).

Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Estes vêm sendo utilizados, para dar suporte ao enfrentamento da questão e exclusão social vivenciadas no Brasil. Segue uma breve descrição dos programas acima citados, exceto o PETI e o PBF que serão abordados com mais profundidade na próxima seção.

2.1.1 Benefício de Prestação Continuada

O BPC é o pioneiro dos programas de transferência monetária à população de baixa renda, é um direito previsto pela Constituição Federal de 1988, regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social e implantado em 1996. Consiste no pagamento de 01(um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitadas para uma vida independente e para o trabalho, em que em qualquer dos casos a renda *per capita* familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação e, sendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) responsável pela sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).⁶

2.1.2 Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social

Este programa foi criado durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de alcançar os desenvolvimentos pessoais, sociais e comunitários dos adolescentes, a fim de torná-los agentes multiplicadores. Visa ainda preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento junto à comunidade à qual pertence, para que haja a diminuição da violência, do uso de drogas, ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e

⁶Disponível em: < www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc >, Acesso em: 02 abril 2007..

gravidez indesejada. Pretende também facilitar a inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho.

Como público alvo deste programa estão os adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, priorizando os que estão fora da escola, que participem ou tenham participado de outros programas sociais como, por exemplo, os adolescentes que são desligados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), por completar 16 anos e estarem em situação de vulnerabilidade e risco social. Vale salientar que 10% das vagas do município são destinadas a adolescentes com necessidades especiais.

Atualmente o benefício é de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), e é depositado em conta bancária em nome do adolescente.

Como contrapartidas do usuário, para o recebimento da bolsa o adolescente necessita estar com a documentação regular e participar de no mínimo 75% do total de aulas na escola e das atividades previstas no programa.⁷

2.2 Política de Assistência Social nos últimos anos

Na conjuntura política do país, em 2002 o ex-torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva (PT)⁸ é eleito presidente da república. O petista eleito assume o poder em janeiro de 2003 se dizendo disposto a firmar um pacto social com todos os setores da sociedade para resolver a crise pela qual o país passava.

É válido lembrar que é o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário sindicalista, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular.

Assumiu a presidência com a maior votação da história do país — 52,4 milhões de votos, quebrando recordes de votação de todos os ex-presidentes brasileiros. Foi candidato a presidente em 1989, derrotado por Fernando Collor de

⁷Disponível em: < www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/projeto-agente-jovem-de-desenvolvimento-social-e-humano>, Acesso em: 02 abr. 2007.

⁸Partido dos trabalhadores foi oficialmente fundado por um grupo heterogêneo, composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados teologia da libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion em São Paulo. O partido é fruto da aproximação dos movimentos sindicais, a exemplo da CONCLAT que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT- grupo ao qual pertence o atual presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, com antigos setores da esquerda brasileira Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores> Acesso em: 02 abr. 2007.

Mello (PRN), em 1994 foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e em 1998 novamente derrotado por Fernando Henrique Cardoso, tendo por fim vencido as eleições de 2002, derrotando José Serra (PSDB). Foi reeleito nas eleições de 2006, derrotando Geraldo Alckmin (PSDB) com mais de 58 milhões de votos, quebrando o seu próprio recorde de votação para presidente do Brasil. Lula é co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

Em seu governo dentre suas primeiras ações no campo social podemos citar o Programa Fome Zero que foi implantado pelo presidente Lula em 2003 e pode ser considerado como “carro chefe” para sua eleição. É uma estratégia adotada pelo governo federal, alegando, em linguagem oficial usada pelo MDS, assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Cabe aqui questionar esta “dificuldade”, pois, na realidade sabe-se que a questão da fome é estrutural, grave e extremamente abrangente. O MDS afirma que tal estratégia prevê a inserção de promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O programa se desenvolve a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.⁹

Ressalta-se que o Programa Fome Zero tinha como proposta uma política de segurança alimentar para o Brasil e foi elaborado por um conjunto de representantes de Organizações não governamentais (ONGs), institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais, e especialistas. Sendo entregue então ao debate público pelo Instituto de Cidadania de 2001.

O Programa Fome Zero foi elaborado pelo Instituto de Cidadania como uma estratégia de superação da pobreza no enfrentamento dos problemas sociais brasileiros. “Reconhecendo que a fome é emergencial e não pode esperar, como afirma o presidente Lula” (SOARES *et al.*, 2004, p. 28).

Na apresentação do Programa Fome Zero assinado pelo Presidente Lula se deixava claro que o eixo de seu projeto estava:

- a) Na conjunção adequada entre as demandas políticas estruturais voltadas a redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros e as intervenções de

⁹Disponível em: < <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e> > . Acesso em: 02 abril 2007.

ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda ampliando a pobreza... Significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema.

- b) Por outro lado coloca que não é admissível o contrário. Subordinar a luta contra a fome à conquista prévia de mudanças profundas nas políticas estruturais representaria a quebra da solidariedade que é dever imperativo de todos, perante milhões de brasileiros hoje condenados à exclusão social e insuficiência alimentar (INSTITUTO DE CIDADANIA 2001 apud SOARES et al., 2004, p. 29).

O Programa Fome Zero se organizou em três tipos de políticas: estruturais, as específicas e as locais, conciliando o emergencial e o estrutural, com propostas de curto e médio prazo. Destacando então as políticas estruturais que agem na diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias por meio de aumento de renda, na diminuição da desigualdade de renda, da universalização dos direitos sociais, e no acesso a alimentação de qualidade. Citando como exemplo: a geração de trabalho e renda, a reforma agrária, a previdência social universal, entre outros.

As políticas consideradas estruturais são aquelas com efeitos importantes na diminuição da pobreza e vulnerabilidade social das famílias brasileiras, como: aumento da renda familiar, universalização dos direitos sociais e acesso à alimentação. Deste modo podemos citar dentre as políticas estruturais: a geração de emprego e renda, o programa Bolsa Família, a previdência social universal, entre outros.

De acordo com Silva, Yazbek e Gionanni (2004), o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerado como o quinto momento do desenvolvimento histórico dos programas de Transferência de Renda no país. Ocorreram então muitas mudanças na política pública de transferência de renda em âmbito nacional. Destacam-se então alguns aspectos colocados pelo discurso de posse do presidente

- a) Indicação de prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, colocando esta temática, na agenda pública brasileira, colocando as políticas sociais como mecanismos de enfrentamento da pobreza, articuladas com a política econômica do país, a valorização da renda do trabalho, a geração de emprego, proteção social do trabalhador, inclusão de todos trabalhadores formais ou informais, num sistema nacional universal, efetivação de reforma agrária e assistência ao trabalhador do campo, e etc.
- b) Iniciação de um processo de unificação dos programas nacionais de transferência de Renda. A proposta inicial foi de unificar quatro programas federais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-

Alimentação, Vale-Gás, e Cartão-Alimentação). Esta unificação resultou no Programa Bolsa Família que prevê o atendimento de 3,6 milhões de famílias em 2004 de 11,4 milhões de famílias em 2006.

- c) Elevação dos recursos orçamentários para o financiamento dos programas de Transferência de Renda.
- d) Criação em 2004 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, representando a unificação de dois ministérios da área social: o da Assistência Social e o Ministério da Segurança Alimentar e Combate à fome (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Através do decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, foi criado o Cadastro Único (CADÚNICO) que foi instituído sob a justificativa de reduzir custos e ter maior controle na concessão de benefícios. O Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal tem como objetivo cadastrar com um formulário único, as famílias em situação de extrema pobreza em todos os municípios brasileiros. Este cadastro apresenta uma medida significativa na direção da construção e implementação de uma rede de “Proteção Social” de abrangência nacional.¹⁰

Em 2004, o presidente Lula institui o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) que, acelerou e fortaleceu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS está em fase de implantação e representa uma verdadeira revolução na assistência social brasileira. A política de Assistência Social hoje está se consolidando como um sistema único que promove a descentralização na gestão, no monitoramento e no financiamento dos serviços.¹¹

É importante destacar que após ampla mobilização nacional foi editada em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem como objetivos:

- Promover a inclusão dos destinatários da Assistência Social, garantindo-lhes o acesso aos bens e serviços sociais básicos, com qualidade;
- Assegurar que as ações, no âmbito da Assistência Social, sejam implementadas tendo a família como principal referencial para o desenvolvimento integral dos destinatários;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida das populações excluídas do pleno exercício de sua cidadania;

¹⁰ Esta Rede de Proteção Social é o conjunto de Programas Sociais do Governo Federal com prevalência nos Programas de Transferência de Renda.

¹¹ Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/suas/conheca/conheca09.asp>>. Acesso em: 21 abril 2007.

- Estabelecer diretrizes gerais que sirvam como orientação para planos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social adequados aos valores democráticos implícitos nesta política.

A PNAS, concebida de acordo com o estabelecido na LOAS, é regida por princípios democráticos extensivos às populações urbanas e rurais, quais sejam:

- Universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão;
- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- Promoção da equidade no sentido da redução das desigualdades sociais enfrentamento das disparidades regionais e locais no acesso aos recursos financeiros.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), inserido na PNAS, tendo como dois patamares de proteção: a básica e a especial, de modo a garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar.

A Proteção Social básica fica sob a responsabilidade dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de outras unidades básicas e públicas de Assistência Social. De acordo com a PNAS são considerados serviços de proteção básica aqueles que tem a família como unidade de referência, ofertando um conjunto de serviços locais que visam convivência, a socialização e acolhimento de famílias, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Está destinada à população que vive em situações de vulnerabilidades sociais, decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda ou acesso aos serviços públicos), fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social), como: discriminação étnica, deficiência e outros.

A Proteção Social Especial existe em dois níveis de complexidade, a média e a alta, ambas estão direcionadas ao atendimento a famílias e indivíduos em situações de violações de seus direitos. Mas o que diferencia os níveis de complexidade é a existência ou não de vínculos familiares ou comunitários, tendo

como unidade de referência os Centros de Referência Especial da Assistência Social (PNAS, 2004).

Cabe então destacar que com a instituição do SUAS, tem-se a possibilidade de rompimento da cultura histórica do assistencialismo na história da Assistência Social. Passando a superar a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, caridade, primeiro-damismo. Desta forma caminha-se para ampliação do SUAS, para garantia de direito a todos usuários demandantes dos serviços da Assistência Social.

Através da PNAS ocorreram inúmeras mudanças na estrutura organizacional e no gerenciamento do controle da política de assistência. Importante destacar que o SUAS materializa o conteúdo preconizado na LOAS, caminhando para consagração dos direitos de cidadania e inclusão social.

Os eixos estruturais do Sistema são: matricialidade sócio familiar; a definição de território com base na descentralização; novas bases de pactuação entre Estado e Sociedade Civil; Mecanismos de Financiamento; Controle Social e Participação Popular e Sistema de Informação; Avaliação e Monitoramento das Políticas públicas de Assistência Social (PNAS, 2004).

Com a consolidação do SUAS, a perspectiva é que a Assistência Social ganhe definitivamente o status de política pública. De mero favor, um benefício da Assistência Social passaria a ser, efetivamente, um direito do cidadão.

A forma como está instituída a Política de Transferência de Renda no Brasil, ainda permite que ela seja percebida como favor governamental, tendo em vista a forma legal como ela esta organizada, isto é, enquanto programa social.

3 OS PROGRAMAS SOCIAIS PETI E PBF, COMO REALIDADES DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.

3.1 Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2004, no governo de Luis Inácio Lula da Silva. É resultante da unificação de três programas de transferência de renda do governo anterior, cujo presidente era Fernando Henrique Cardoso: Programas Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola.

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionantes que beneficia famílias pobres, com renda mensal *per capita* de R\$ 60,01 (sessenta reais e um centavo) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e extremamente pobres, com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

Para serem inseridas no PBF, as famílias com renda mensal *per capita* de até R\$120,00 (cento e vinte reais) devem procurar a Prefeitura de seu município e fazer seu cadastro no Cadastro Único dos programas sociais.

A partir das informações do Cadastro Único, o Governo Federal seleciona as famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa. A seleção considera o orçamento disponível e as metas de expansão do programa. Cada município tem um número estimado de famílias pobres considerado como a meta de atendimento do programa naquele território específico. A estimativa de famílias pobres cadastradas no PBF em Florianópolis, com renda *per capita* de até R\$ 120,00 é de aproximadamente 4.004 famílias, e no Cadastro Único, com renda *per capita* de até R\$ 175,00, existem 7.007 cadastradas.¹²

Atualmente os valores pagos pelo PBF variam de R\$ 15,00 (quinze reais) a R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), de acordo com a renda mensal *per capita* da família e o número de crianças. Em alguns casos, o valor pago pode ser um pouco maior, como acontece com as famílias que migraram de programas remanescentes e recebiam um benefício maior nesses programas.

¹² Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizview.asp?IBGE=4205407>>, Acesso em: 26 jun 2007.

Como contrapartidas dos usuários, ao entrar para o PBF, estes se comprometem a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.¹³

O PBF está pautado em torno de três articulações, quais sejam: a diminuição da pobreza, através da transferência de renda direta; o reforço aos exercícios básicos de direitos sociais, como saúde e educação e a coordenação de programas complementares, como, por exemplo: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Salienta-se, que o PBF a curto prazo, trata de aliviar as condições de pobreza e impedir que ela se reproduza no futuro, incentivando as famílias por meio de um aporte extra de recursos, a manterem seus filhos na escola, para que os mesmos possam ter no futuro a oportunidade de ter no mínimo um emprego. Cuja remuneração consiga suprir suas necessidades de sustento e sobrevivência.

É válido abordar que diversas questões e crises advindas do mundo do trabalho colaboram com o crescimento da desigualdade social no país. O aumento do desemprego faz com que muitas famílias brasileiras acessem aos benefícios provenientes dos programas de Transferência de Renda, para que as mesmas possam ter a possibilidade de sair da extrema miséria.

A adoção de novas tecnologias, permitindo a introdução de extraordinários patamares de produtividade e, simultaneamente, achatando o nível de emprego, fizeram com que o acesso à renda, por meio de um posto de trabalho, se tornasse algo dramático. O Crescimento do desemprego de longa duração e o correlato surgimento de um elevado contingente de dependentes de transferências sociais tem como consequência uma crise aguda no financiamento da Seguridade Social (diminuição do número de contribuintes e aumento do número de dependentes duradouros) (FONSECA, 2001, p.122).

Desta forma, o debate internacional sobre os programas de Transferência de Renda manifesta uma reavaliação do lugar do trabalho assalariado como meio de acesso à renda, dada a incapacidade de absorção pelo mercado de trabalho de

¹³Disponível em :<<http://www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia/programa-bolsa-familia/o-que-e>> . Acesso em 15 abril 2007..

todos aqueles em condições de trabalhar e daqueles que já estão trabalhando (FONSECA, 2001).

Vale destacar que as famílias são o público alvo dos programas de Transferência de Renda. O repasse dos recursos em dinheiro visa reforçar a renda das famílias que tenham crianças e adolescentes, e comprometê-las com a manutenção de seus filhos nas escolas da rede pública.

As crianças pertencentes às famílias pobres apresentam altas taxas de evasão, repetência e poucos anos de escolaridade. Sendo assim o alvo dos programas também é “aproximar o direito à educação do exercício do direito”, condicionando o pagamento do benefício à matrícula e frequência escolar (FONSECA, 2001, p. 177).

Deste modo, os programas tem como objetivo reduzir a desigualdade de oportunidades, por meio da ampliação dos anos de escolaridade das crianças e adolescentes das famílias pobres, propiciando a capacidade futura de geração de emprego para, deste modo, as mesmas terem possibilidades de escaparem das condições de pobreza e trabalho precoce.

A concentração de renda em nosso país é uma tendência histórica e é um dos principais obstáculos a ser enfrentado. Segundo dados oficiais, existem cerca de 55 milhões de brasileiros em situação de pobreza. Deste modo, apesar de receber muitas críticas, o PBF através de seus resultados, mostra o impacto que as políticas de distribuição de renda causam na vida diária da população mais pobre.

As estatísticas mais recentes mostram, redução da desigualdade social no Brasil, resultado de um conjunto de políticas públicas e decisões na área econômica, destacando então a política de distribuição de renda. Existem países com a renda *per capita* similar a brasileira e tem uma situação de desigualdade menos acentuada que o Brasil.

O PBF vem trabalhando na redução da desigualdade social no Brasil em conjunto com outras políticas públicas. Neste contexto, muitas famílias que estavam fora do alcance das políticas públicas sociais e que viviam em extrema pobreza, passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social. Deste modo para aquele que não tinha praticamente nada, este avanço na renda, mesmo que seja pequeno, causa sim, impacto na sua condição de vida.

Através de pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mês de maio de 2006, o Brasil é o país com a maior concentração de

renda do mundo, com cerca de 14 milhões de pessoas convivendo com a fome e mais de 72 milhões em situação de insegurança alimentar. Neste contexto o grupo mais afetado é formado por mulheres negras residentes na região nordestina (WEISSHEIMER, 2006).

O PBF tem dois focos básicos: combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias consideradas mais pobres. Através da Unificação de outros benefícios sociais do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), trouxe maior agilidade na liberação do benefício para família, reduzindo a burocracia e tendo maior controle nos recursos orçamentários.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o gestor Federal do Programa Bolsa Família em parceria com Estados e Municípios. Sendo que as prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias e atualização de seus dados no CadÚnico. Desta forma com base nas informações contidas no CadÚnico, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas e a Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador do cadastro e pagamento dos benefícios.

O Controle Social dos programas é feito por Comissões Municipais, intersetoriais e paritárias. Os conselhos são instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, constituídos em cada esfera de governo. No âmbito do Estado, o conselho possui importante atuação na formulação de estratégias e na aprovação, fiscalização e avaliação dos resultados da política de Assistência Social, inclusive com aspectos econômicos e financeiros.

No âmbito municipal, o Conselho Municipal de Assistência Social assume, dentre outras responsabilidades, a inscrição de entidades e organizações de assistência social, cabendo-lhe ainda, a supervisão das mesmas, conforme estabelecido no artigo 9º, da LOAS.

Em se tratando de contrapartidas, as famílias beneficiárias do PBF devem comprometer-se a participar de ações no acompanhamento de saúde e estado nutricional de seus filhos, bem como matricular e acompanhar a frequência escolar. Caso a família não cumpra estes critérios ela primeiramente recebe uma notificação da prefeitura municipal, e posteriormente terá seu benefício bloqueado. Neste contexto tem-se um estímulo à frequência escolar de crianças e adolescentes, contribuindo para que as mesmas possam ter oportunidades futuras com vistas à melhoria de situação e condição de vida.

No final do Governo de Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas para melhoria da renda e qualidade de vida. Podemos citar os programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sentinela (Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, e Auxílio Gás. O Governo Lula com a criação do MDS vai incorporar e integrar todas estas políticas em um único programa (WEISSHEIMER, 2006).

De acordo com o governo atual, quando o mesmo assumiu a presidência do país existiam vários benefícios espalhados em diversos ministérios, sendo que existiam várias listas de beneficiários e diferentes critérios. Desta forma deu-se a unificação dos vários benefícios integrados em um único apenas, o Programa Bolsa Família.

Segundo Weissheimer (2006), o governo tem como meta a proposta de aumentar o valor do benefício em 10%, (quem hoje recebe R\$: 15,00 receberia R\$: 17,00), e o benefício das famílias que recebem R\$: 95,00 seria de R\$: 107,00).

O MDS também tem proposta de mecanismos para atender diferentes perfis de pobreza e adotar então critérios diferenciados. O MDS está avaliando a possibilidade de atender as famílias com filhos até a finalização do ensino médio. Desta forma ao saírem do programa os jovens ingressariam em programas focados em inserção ao mercado de trabalho.

É válido destacar que os programas sociais tiveram impulso no Governo de Lula, alcançando resultados e diminuindo a desigualdade social, dando ênfase então ao combate a fome e a luta pela diminuição da pobreza (WEISSHEIMER 2006).

O Programa Bolsa Família está articulado com outros programas que tem sua ação potencializada no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), integrando a Rede de Proteção Básica à famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Deste modo as políticas sociais saem do campo do clientelismo para o campo das políticas públicas, de acordo com as diretrizes do SUAS.

De acordo com pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as incidências mais graves de insuficiência alimentar ocorrem na região do Nordeste, onde existem mulheres chefes de famílias, garantindo a sobrevivência de crianças e adolescentes até 18 anos. Ou seja, cada região do país tem um tipo de economia e sistema, cada região tem sua particularidade na questão de geração de renda.

Pesquisas feitas também pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), apontam que no período de 2005 e 2006, foram registradas melhorias na condição de vida da população mais pobre, resultando na redução da desigualdade social e aumento de renda. De acordo com a pesquisa a desigualdade social caiu por ano em média 0,7 ponto percentual do índice de Gini¹⁴(WEISSHEIMER, 2006).

A pesquisa do IPEA foi divulgada no mesmo momento em que o Banco Mundial recomendava que o Brasil e os demais países da América Latina adotassem políticas “agressivas” de combate a pobreza para crescer economicamente e competir com outros países. Desta forma os investimentos em Políticas Públicas são condições básicas para reduzir a pobreza e exclusão social no país.

Está explicito no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006, do Banco Mundial, que o objetivo das políticas pró-equidades é o acesso por parte das pessoas de baixa renda, aos cuidados de saúde, educação, emprego e etc.

Desta forma, a Política de Assistência Social no país passa a assumir uma parcela significativa da população, tendo como tarefa a política de proteção social, tendo como centralidade o enfrentamento das expressões da questão social. Diante do capitalismo contemporâneo, na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, quer pelo nível de desemprego estrutural no qual o país se encontra, ou ainda pela orientação da política econômica que está em vigor. Em face disto, o Estado amplia o campo de atuação da Assistência Social, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho.

Devido à crise econômica que o país vive, a Assistência Social atua tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, aos desqualificados para o mercado de trabalho e os inaptos a produzir.

A exclusão social no Brasil consiste na comprovação da invisibilidade de uma massa populacional a fazer parte na agenda pública de direitos e garantias. “A pobreza é um fenômeno complexo derivado do modo pelo qual uma sociedade distribui/concentra o acesso à riqueza social produzida” (SPOSATI, 2001b, p.58).

Desta forma, os Programas de Transferência de Renda caminham para a diminuição da desigualdade social no país e também da exclusão social. Sendo

¹⁴ Coeficiente calculado pela ONU que mostra o grau de desigualdade a partir da renda *per capita*. Medida desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, o coeficiente de Gini é usado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, em valores de zero a um, escala que vai da completa igualdade de renda a completa desigualdade.

assim a população brasileira passa a ter acesso a renda na busca de garantir os mínimos sociais.

Ressalta-se que a desigualdade de renda *per capita* caiu de forma continua e substancial, no período de 2001 a 2004. Este resultado é importante, pois mostra uma expressiva redução da extrema pobreza. A continuidade da queda é questão fundamental, pois apesar do avanço, o Brasil se encontra entre os países mais desiguais do mundo.

Estas pesquisas são feitas através de pesquisas domiciliares com as características da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A pesquisa permite afirmar que realmente a queda da desigualdade de fato aconteceu. A desigualdade de renda foi a análise avaliada na pesquisa, sendo que os dados do PNAD são coletados pelo IBGE e consiste na principal fonte de informação sobre a concentração de renda no país. São colocados cinco determinantes imediatos da renda familiar *per capita*: a) característica demográfica das famílias; b) transferência de renda; c) remuneração de ativos; d) acesso ao trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e) distribuição de rendimentos no trabalho.¹⁵

Desta forma o PBF caminha na redução da desigualdade social, aumentando a cobertura dos beneficiários e diminuindo a miséria no país.

3.2 Trabalho precoce e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O histórico do trabalho precoce existe desde as sociedades primitivas, no sentido de preparar a criança para o futuro. As crianças e adolescentes trabalhavam em serviços pesados, sem que isto fosse considerado trabalho escravo, danoso ou prejudicial para o seu desenvolvimento.

O trabalho precoce é um fenômeno que está presente ao longo de toda a história brasileira, originário da colonização portuguesa à implantação do regime escravista. Por não haver normas que regularizassem a utilização de crianças e adolescentes como força de trabalho, o processo de exploração chegou a níveis alarmantes.

¹⁵ Disponível em: < [http: www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) > Acesso em: 24 abril 2007.

É válido lembrar a concepção de trabalho para Marx (1968), o trabalho é como uma transformação que objetiva atender as necessidades humanas. Ele sustenta que em qualquer estrutura social, o trabalho é uma relação dialética entre o homem e a natureza.

Com o processo de industrialização ocorrido, no século XV, intensificou-se a colocação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Estes por sua vez, trabalhavam igualmente aos homens e recebiam quantias inferiores, sendo assim, eram considerados mão de obra barata e lucrativa para os grandes industriais.

De acordo com Cardoso (2001), eram constantes os acidentes ocorridos com crianças no interior das fábricas por lidarem com equipamentos perigosos, executando tarefas incompatíveis com a sua idade, destacando a jornada de trabalho que era de 12 horas diárias, inclusive no período noturno e sem descanso semanal.

Alguns dos problemas que surgiram com a industrialização foram: o baixo rendimento da renda familiar, o alto custo da moradia e alimentação, aliados a oferta de emprego às mulheres e crianças, levando todos da família trabalharem para o sustento familiar.

É necessário ressaltar a importância do Código de Menores (1927), criado pelo juiz Mello Mattos, o mesmo teve como contribuição a regulamentação do trabalho infante-juvenil. O trabalho de crianças menores de 12 anos foi proibido e se criaram restrições rigorosas em relação aos locais, horários e pessoas que empregassem menores exercendo vigilância e inspeção dos mesmos, sob pena de multa e/ ou prisão para os infratores.

A sociedade brasileira por volta de 1980, expressa uma preocupação com a situação da infância e adolescência do país. A Constituição Federal de 1988 foi o principal marco legal, incorporando a doutrina de proteção integral, que estabelece significativas conquistas para todas as crianças e adolescentes, sem distinção. A constituição em seu artigo 227 destaca que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em junho de 1990, foi aprovada a Lei 8.069, criando então o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁶ (ECA). As diretrizes do ECA, são pautadas na Doutrina de Proteção Integral, garantindo que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, e que por serem pessoas em desenvolvimento necessitam de cuidados e proteções especiais. O ECA em seu artigo 60 preconiza que é “proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

O ECA prioriza a toda criança e adolescente o direito a serem criados e educados no seio da sua família, independente de serem filhos biológicos ou não, enfim, priorizando a convivência familiar e comunitária do ser em formação.

Através do ECA, a sociedade passa a ter consciência de que crianças e adolescentes necessitam de proteção integral e que as medidas de proteção devem ser aplicadas conforme a idade do cidadão. Ou seja, o Estatuto vem também para regulamentar situações de vulnerabilidades sociais vividas por crianças e adolescentes.

Destacasse também como órgãos de atuação e fiscalização do ECA: o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e, nos estados e municípios, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

No que concerne ao trabalho precoce, destacamos a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919 pela Conferência da Paz, a mesma foi fundada com o objetivo de promover justiça social, sendo a única das Agências do Sistema das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, ou seja, os representantes dos empregadores, trabalhadores e de governo participam na mesma situação de igualdade.

Como fundamentos principais, a OIT apresenta os fatores de índole humanitária e social, política e econômica e representa um papel de suma importância na luta contra o trabalho precoce tendo duas de suas convenções que merecem destaque em relação a este tema. Primeiramente a Convenção nº 138, que delimita a idade mínima para a admissão no emprego e a Convenção nº 182, que trata sobre a proibição das piores formas de trabalho precoce.

¹⁶ Conforme o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente considera que criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O Fórum Nacional de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) foi criado em 29 de novembro de 1994, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1996, o Fórum conseguiu uma importante conquista: o Governo Federal reconheceu o problema do trabalho precoce, criando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que se transforma no principal instrumento da política governamental de combate à exploração do trabalho precoce.

O Programa visa à eliminação do trabalho precoce, possibilitando à criança e ao adolescente a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento de potencialidades, com vista à melhoria do desenvolvimento escolar e da qualidade de vida.

A criação do PETI deu-se em razão de constantes denúncias sobre o trabalho escravo a que muitas crianças eram submetidas em vários Estados, principalmente em atividades insalubres e perigosas como: corte de cana e em carvoarias. O programa foi implantado inicialmente no Mato Grosso do Sul, sendo, no ano seguinte, implantado na zona canavieira de Pernambuco e na região sisaleira da Bahia. Posteriormente o programa foi implantado em outros Estados brasileiros.

O PETI é um programa de âmbito governamental, ou seja, com participação direta do Estado, visa o combate da exploração do trabalho precoce. É financiado com os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com o co-financiamento de estados e municípios, podendo contar ainda, com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil (CARTILHA DO PETI, 2004).

Segundo o Manual de Orientações do PETI, o programa possui como principais objetivos: a) Retirar crianças e adolescentes de 07 a 16 anos de idade do trabalho, principalmente aqueles considerados perigosos, penosos, insalubres, ou degradantes; b) Possibilitar seu acesso, permanência e bom desempenho na escola e, no período complementar, desenvolver atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer em projetos de ações sócio-educativas e de convivência; c) Proporcionar apoio e orientação às famílias com renda *per capita* de metade do salário mínimo, por meio de ações sócio-educativas e projetos de geração de trabalho e renda.

O PETI, além de exercer ações sócio-educativas e de convivência, ações realizadas junto à escola, também trabalha com famílias no desenvolvimento de ações que visem:

- à socialização e ao lazer, voltados à ampliação e ao fortalecimento de vínculos relacionais e à convivência comunitária;
- à ampliação do universo cultural e de informações, facilitando a participação nas decisões e no destino dos serviços;
- ao apoio psicossocial às famílias em situações de extrema vulnerabilidade;
- ao acesso afetivo à cultura e às suas diversas manifestações;
- à qualificação e re-qualificação de profissionais e
- à geração de trabalho e renda.

O alvo de atenção é a família que deve ser trabalhada por meio de ações sócio-educativas e de convivência e de geração de trabalho e renda, que contribuam para o seu processo de emancipação, sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social. O trabalho sócio educativo junto às famílias atendidas, tem como objetivo a ampliação do universo informacional das mesmas e formação de grupos de pais (por comunidades), com vistas a futuros projetos de geração de renda. A família pode permanecer no programa no máximo por 04 anos a partir da sua data de inclusão em programas de geração de emprego e renda (CARTILHA DO PETI, 2004).

O trabalho se fixa em dois eixos de atuação: a) As crianças e adolescentes, que devem freqüentar a escola e um projeto (ação sócio-educativa e de convivência). O Projeto consiste em: reforço escolar, atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, permitindo então, um maior desenvolvimento para os mesmos. b) As famílias atendidas pelo programa recebem uma bolsa mensal por cada filho inserido no programa, chamada Bolsa "Criança Cidadã", no valor de R\$ 40,00 na área urbana e R\$ 25,00 na área rural.

Em relação às famílias inseridas no PETI, devem ser priorizadas as famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, ou seja, aquelas que vivem em situação de extrema miséria.

Um dos principais meios utilizados pelo PETI, para verificar se os objetivos estão sendo alcançados é o controle da freqüência escolar e também, freqüência aos projetos (ações sócio-educativas e de convivência). As crianças e adolescentes inseridos no PETI, participam dos projetos no período oposto à escola, em alguma instituição: Organizações governamentais (OGs) e Organizações não

governamentais (ONGs), que mantém parceria com o Programa. Ou seja, são critérios estabelecidos que devem ser cumpridos para que as crianças recebam a Bolsa “Criança Cidadã”.

Ocorre o desligamento do programa, quando o adolescente completa 16 anos de idade, ou ocorre a mudança da família para outro município ou com a falta de cumprimento pelos critérios estabelecido pelas diretrizes nacionais do PETI, citadas anteriormente.

O ingresso precoce no mercado de trabalho afeta a escolaridade e reduz as possibilidades desta geração sair de sua condição de pobreza. Sendo assim, os programas de garantia de renda pretendem combater a pobreza e aumentar o grau de escolaridade das crianças e adolescentes das famílias beneficiadas, dando-lhes maiores condições de geração de renda (FONSECA, 2001).

O trabalho precoce está vinculado ao sistema econômico, político, social e cultural que ao longo da história do país vem se reproduzindo. Apesar do controle através do ECA, ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada e discutida por toda sociedade.

É importante destacar que mesmo com a criação de leis dos direitos das crianças e dos adolescentes, proteção do trabalho, mobilização da sociedade civil em defesa das crianças e adolescentes, o sistema capitalista não é capaz de eliminar o trabalho infantil do processo produtivo do país.

Na concepção de Carvalho (1997), a legislação, no caso o ECA, reconhece que o trabalho precoce produz danos que podem ser físicos, psíquicos, sociais e morais. Deste modo, a legislação só se tornara efetiva se a sociedade reconhecer e compartilhar em prol do movimento de proteção integral às crianças e adolescentes. Contudo é importante ressaltar que a sociedade através de movimentos, organizações e fóruns, têm se manifestado na ajuda ao combate da erradicação do trabalho infantil e na fiscalização do trabalho precoce de adolescentes.

Em princípio, o trabalho precoce compromete as possibilidades de a criança ser criança e de o adolescente ser adolescente, fases da vida preciosas e insubstituíveis no desenvolvimento das potencialidades humanas (CARVALHO, 1997, p. 108).

Conforme Silva (2000), o trabalho precoce persiste pois em sua base está o desemprego estrutural, o incremento da ciência e tecnologia dos meios de produção,

a desregulamentação das leis trabalhistas, aumento da flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Desta forma o trabalho precoce mostra-se como uma questão social ligada às metamorfoses do mundo de trabalho.

Segundo o pensamento de Marx,

não foram os abusos do poder paterno que criaram a exploração direta ou indireta das forças imaturas do trabalho pelo capital, ao contrário, foi o modo capitalista de exploração que, ao suprimir a base econômica correspondente à autoridade paterna, fez o exercício dela degenerar em abusos nefastos (MARX 1992 *apud* CARVALHO, 1997, p.109).

O trabalho precoce está vinculado ao sistema econômico, político e social e cultural que historicamente vem se reproduzindo. Apesar de várias formas de controle em nível internacional, é ainda uma realidade que precisa ser enfrentada e erradicada.

O estado laboral das crianças e adolescentes trabalhadores reflete as condições gerais da população, transparecendo mais uma vez os reflexos das desigualdades sociais, das múltiplas discriminações e do fortalecimento do processo de exclusão (CUSTÓDIO, 2006, p. 89).

De acordo com a colocação de Custódio (2006), o trabalho precoce no país mostra as desigualdades sociais existentes, onde milhares de brasileiros estão à mercê de políticas públicas que possam lhe proporcionar inclusão social e condições mínimas de sobrevivência.

Segundo o mesmo autor, a pobreza é uma das causas fundamentais, mas não exclusiva, de todo trabalho de crianças e adolescentes, sendo ela o resultado de políticas econômicas que reproduzem as desigualdades. Ou seja, o sistema capitalista concentra a riqueza nas mãos de poucos, fazendo com que a maioria da população brasileira viva com salários irrisórios, isso quando se tem um emprego. Atualmente ocorre aumento acirrado do desemprego e das precarizações do mercado de trabalho, levando muitas famílias a condições de miséria.

Apesar de o fator econômico apresentar-se como um dos principais fatores para ingresso precoce do mercado de trabalho, não se pode desconsiderar o significado cultural do trabalho no imaginário das pessoas, seja como aspecto educativo, ou moralizador. Desta forma o trabalho precoce de crianças e

adolescentes, também está ligado a tradições de diversas culturas familiares, com uma forte resistência a mudanças (CUSTÓDIO, 2006).

O trabalho precoce faz com que muitas crianças e adolescentes deixem de freqüentar escolas, sendo que a educação é um caminho para cidadania e inclusão social. A educação é dos principais mecanismos de democratização, da qualidade de vida e mobilidade social. As crianças e adolescentes precisam ter acesso, além das escolas, às demais políticas que complementem a sua formação, como: esporte, lazer, arte, cultura e Assistência Social. Para que desta forma possam participar do acesso às riquezas da civilização e terem habilidades requeridas pelo atual mercado de trabalho.

3.2.1 PETI – Florianópolis

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa implantado pelo governo federal. O Programa visa à eliminação do trabalho precoce, possibilitando à criança e ao adolescente a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento de potencialidades, com vista à melhoria do desenvolvimento escolar e da qualidade de vida.

Devido à constatação de trabalhos realizados por crianças e adolescentes, e comprovados através de denúncias investigadas pela Delegacia Regional do Trabalho, em novembro de 1999, foi implantado o referido programa no estado de Santa Catarina. Primeiramente, atendendo os municípios de: São João Batista, Canelinha, Içara, Morro da fumaça e Sangão, que tinham em comum, atividades de olaria. No município de São João Batista, além da olaria, as crianças e os adolescentes trabalhavam também em ateliês de calçados lidando com cola, um produto extremamente tóxico.

Conforme Seresoli (2005), no ano de 2000 o representante do Ministério Público Estadual sugeriu a adesão do município de Florianópolis ao programa, por existir um grande contingente de crianças na mendicância ou trabalhando com vendas ambulantes (balas, jornais, etc). Primeiramente com uma meta de atender cerca de 210 crianças em situação de trabalho precoce. Posteriormente, o governo

ampliou as metas para mais 500, e atualmente o programa atende cerca de 710 crianças e/ ou adolescentes, com idade de 07 a 16 anos.

Em Florianópolis, o programa está vinculado à Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social, através da Gerência da Criança e do Adolescente.

A coordenação geral do PETI está sob a responsabilidade de 01 (um) Pedagogo e educador social. A equipe é composta ainda por 02 (duas) assistentes sociais, 01 (uma) educadora social, 04 (quatro) estagiárias de serviço social, 01 (um) estagiário de administração, 01 (uma) estagiária de pedagogia e 10 estagiários de campo (de diversos cursos: pedagogia, artes cênicas, artes plásticas, psicologia, entre outros) atuando como monitores nas ações sócio-educativas e de convivência.

Atualmente os técnicos do programa são responsáveis pelo acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes, cujas famílias ainda não migraram para o PBF¹⁷ e também das ações sócio-educativas (projetos).

O Programa mantém parcerias com entidades e Organizações Não Governamentais (ONGs), Centros de educação complementar, escolas da rede municipal e estadual. Estas instituições executam atividades denominadas Ações Sócio-Educativas e de Convivência, que consistem em: reforço escolar, atividades culturais, artísticas, entre outras.

Atualmente existem parcerias com 32 Instituições, sendo que o PETI mantém e administra 01 Projeto denominado Projeto Educar, localizado na Associação de Moradores da Praia das Areias. O local é utilizado para manter o projeto para crianças e adolescentes. Desta forma o programa conta hoje com 33 locais para a realização das ações sócio-educativas e de convivência, espalhados por diferentes regiões de Florianópolis.

As parcerias são realizadas somente após o registro da instituição no Conselho Municipal de Assistência Social, posteriormente é solicitado que seja enviado o projeto da instituição, especificando os objetivos, atividades realizadas, etc. Em contrapartida, o programa disponibiliza 01 estagiário e, mensalmente (conforme solicitação da instituição), são encaminhados produtos alimentícios, material didático e material esportivo.

¹⁷ As famílias que migraram para o Bolsa família com a unificação PETI e PBF terão a frequência escolar controladas pelo PBF.

Os Recursos destinados para ações sócio-educativas são de competência do Governo Federal, que repassa para a prefeitura de Florianópolis executá-las. É repassado R\$ 20,00 por mês para cada criança, o que representa R\$ 14.200,00 por mês e R\$ 170.400,00 por ano. Ou seja, este recurso, de acordo com o manual de orientação do PETI, deve ser utilizado para material de consumo e também podem ser adquiridos uniformes e outros utensílios, sendo permitido ainda que até 30% desses recursos sejam utilizados para pagamentos de monitores.

A inserção de crianças e adolescentes no programa dá-se através de encaminhamentos dos Conselhos Tutelares, do programa Abordagem de Rua, e também dos outros programas da rede (programa Sentinela, programa de Apoio Sócio-Familiar). Podem ser feitos também encaminhamentos através da rede escolar e outras redes de atendimento do município de Florianópolis. No encaminhamento devem constar os dados da família e o trabalho que a Criança/ e ou adolescente está exercendo, e seu endereço para possível contato. Qualquer cidadão que encontrar uma criança ou adolescente em situação de trabalho precoce pode acionar os órgãos acima citados para que os mesmos verifiquem a situação e após a constatação de trabalho da criança e do adolescente será encaminhado ao PETI para a sua inclusão.

Para facilitar o atendimento para com os pais e/ ou responsáveis, crianças e adolescentes inseridos no PETI, a equipe dividiu as famílias por regionais (norte, sul, central e continente). Desta maneira obtém-se um melhor desempenho nos trabalhos e atendimentos realizados com as famílias, e também se criam vínculos entre estagiária e famílias (pais e/ ou responsáveis, crianças e adolescentes).

Assim, os atendimentos das famílias foram divididos por regiões da grande Florianópolis, que contém os seguintes bairros: região norte (Rio Vermelho, Vargem Grande, Ingleses, Canasvieiras, Vila União e Saco Grande), região sul (Tapera, Armação, Pântano do Sul, Sertão do Ribeirão, Areias do Campeche, Costeira do Pirajubaé, Caieira do Saco dos Limões e Rio Tavares), região central (Centro, Agrônômica e Trindade) e região continental (Estreito, Vila Aparecida, Capoeiras, Monte Cristo).

Os profissionais do serviço Social no PETI trabalham no dia-a-dia com situações diversas do cotidiano das famílias inseridas no programa, como: baixa escolaridade (pais e/ ou responsáveis, crianças e adolescentes), violência, no meio intra-familiar (agressões físicas, psicológicas, e morais) e no meio externo

(preconceito, discriminação, falta de oportunidades, e etc...). Para atender a demanda do Programa, as assistentes sociais e estagiárias de serviço social devem estar respaldadas no Código de Ética profissional, que prevê direitos e deveres que circunscrevem um amplo leque de necessidades e exigências individuais e coletivas.

É válido ressaltar, que a prática do Assistente Social deve estar sempre em consonância com o referencial teórico metodológico do Serviço Social. Sendo assim, o profissional deve estar embasado teoricamente para realizar sua prática profissional.

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado. Em outros termos, todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em produto[...], o objeto de trabalho aqui considerado é a questão, em suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2001, p. 63).

As expressões da questão social são vistas diariamente em qualquer atendimento realizado no programa. Exemplo: desemprego, violência, trabalho infantil, prostituição, entre muitas outras. Após atendimento com usuários no PETI são feitos os encaminhamentos necessários para que a família obtenha o benefício e tenha seu direito garantido.

As atividades do Serviço Social realizadas no Programa são:

- Entrevistas com as famílias das crianças e adolescentes;
- Realização de visitas domiciliares e institucionais;
- Atendimento e verificação de denúncias de trabalho precoce;
- Orientação e encaminhamentos aos demais programas/projetos de atendimento disponíveis no município;
- Encaminhamento das famílias para outros programas de acordo com a demanda trazida pela família;
- Monitoramento da frequência escolar;
- Acompanhamento de crianças/adolescentes junto aos projetos sócio-educativos;
- Elaboração de relatórios e relatos de atendimento;

- Preparação dos adolescentes para desligamento do PETI e encaminhamento destes para outros programas;
- Breve acompanhamento familiar quando necessário;
- Realização de reuniões com famílias atendidas, junto à equipe do Programa.¹⁸

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta-se fragmentado, seletivo, assistencialista e burocrático. O Programa não tem caráter emancipador para com as famílias inseridas, mas sim a função de Transferência de Renda para famílias que possuem crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Em suma, faltam condições melhores para os profissionais realizarem seu trabalho de maneira satisfatória.

¹⁸ O Serviço Social no programa passa a ser meramente burocrático, sendo apenas um programa que transfere a renda para as famílias. A intervenção do Serviço Social para fazer o acompanhamento das famílias, pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes é prejudicado devido à falta de recursos materiais para fazer visitas domiciliares, por exemplo. Ou seja, não há um acompanhamento sistemático do grupo familiar. Inclusive a própria Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001 da Secretaria de Estado de Assistência Social, que estabelece as diretrizes e normas do PETI, não especifica a necessidade de uma intervenção efetiva na família.

4 PROGRAMAS PETI E PBF, SEUS PONTOS EM COMUM, ATÉ A UNIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS

De acordo com o que já foi citado sobre os Programas PETI e PBF, os mesmo são Programas de Transferência de Renda, sendo o PETI um programa baseado em uma política de combate à exploração do trabalho precoce e o PBF, com foco em diminuir a pobreza e desigualdade social no Brasil.

Deste modo a situação de vulnerabilidade social de muitas famílias brasileiras, antes de tudo, é uma questão de violação de direitos humanos, sendo que o mais básico deles é o direito a vida, direito que é primordial de qualquer ser humano, e que está previsto na Declaração Universal dos direitos humanos. E este direito à vida, passa a ser violado em situações de pobreza e miséria.

Salienta-se que a pobreza é resultante de vários fatores sócio-econômicos e políticos diversos, fazendo com que aumente o índice de desigualdade social no país e conseqüentemente a exclusão social.

Face a isto, torna-se necessário a adoção de políticas redistributivas de renda como o PETI e o PBF, que priorizem a redução da desigualdade. A desigualdade na distribuição de renda no país tem sido historicamente um dos grandes entraves ao combate à exclusão social e conformação de níveis de subalternidade.

Conforme elucida Yazbek (1999), os usuários das políticas sociais são classificados como categoria subalterna, devido as diferentes situações de dominações existentes na sociedade capitalista. De acordo com a autora a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração, exclusão social, econômica e política.

A Sociedade civil e Estado resultam de relações sociais contraditórias e produzem políticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais e políticas da sociedade. Desta forma, estão os Programas de Transferência de Renda como uma das práticas de enfrentamento e de busca da superação da subalternidade que vivem muitos brasileiros.

No contexto dos Programas de transferência de Renda PETI e PBF ambos foram criados em uma mesma conjuntura histórica, onde as expressões da questão social estavam cada vez mais em destaque, as precarizações do mundo de trabalho

contribuindo para o desemprego estrutural de milhões de trabalhadores, aumentando deste modo a exclusão social no país.

O Brasil hoje vive um momento oportuno para discutir um modelo de desenvolvimento que possa combater a pobreza, trabalho precoce, desigualdade social e acelerar o processo de inclusão social de muitas pessoas e com isso ter crescimento econômico.

Contemplando a Assistência Social enquanto política pública reconhece o cidadão como sujeito de direitos, deste modo o Estado deve atendê-lo, promovendo seu acesso aos programas sociais criados para diminuição das desigualdades sociais existentes no país, dentre eles estão os programas de Transferência de Renda.

De acordo com Yazbek (1999, p. 22),

A assistência é, pois, como as demais políticas do campo social, expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto com a sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação, e a resistência, num processo contraditório em que, se acumulam riqueza e pobreza.

É válido lembrar que a partir da LOAS, a Assistência Social tem como dever atender a sociedade, pois é direito do cidadão e dever do Estado. É grande a parcela da população que não tem as suas necessidades básicas supridas, são cidadãos desprovidos de moradia, alimentação, entre outras necessidades. Ou seja, seus direitos estão sendo violados, pois faltam políticas públicas e programas de provisão social para atender a esta parcela da população, para estes desprotegidos terem, então, uma melhor qualidade de vida. As necessidades humanas básicas vistas como direitos só serão supridas por meio de políticas públicas (PEREIRA, 2000).

De acordo com a LOAS em seu Art.12, o governo federal é o articulador da política em nível nacional, mantendo a responsabilidade de elaborar as normas gerais da política de Assistência Social; garantir o financiamento e a execução dos benefícios de prestação continuada; apoiar financeiramente os programas, projetos e serviços para o enfrentamento da pobreza em âmbito nacional; e ainda complementar as ações dos Estados e municípios.

Destaca-se a influência das agências internacionais como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ao elaborar propostas de

políticas sociais, priorizem ações compensatórias direcionadas a população pobre e vulnerável (SILVA, 2000).

A política social bem estruturada e eficientemente executada é um forte instrumento também para o desenvolvimento econômico do país. Conforme elucida Touraine (1997, *apud* NOLETO, 2004, p. 25) “ao invés de compensar todos os efeitos da lógica econômica, a política social deve conceber-se como condição indispensável do desenvolvimento econômico”.

O PETI é um programa de transferência de renda destinada às famílias nas quais seus filhos encontram-se em situação de trabalho precoce, ou seja, quando a criança já está trabalhando, ela é inserida no PETI. Em todo seu contexto histórico o programa não teve cunho preventivo no sentido de promover a prevenção do trabalho precoce através da distribuição de renda.

Através do programa muitas crianças e adolescentes que estavam inseridos precocemente no mercado de trabalho, tiveram oportunidade de estudar e participar de ações sócio-educativas e de convivência, no horário oposto ao escolar. Deste modo, não estando mais vulneráveis - nas ruas ociosos, expostos a situações de trabalho, de violência, de tráfico entre outras. Ou seja, a contrapartida da família para receber o benefício é a comprovação da frequência escolar e da participação no projeto.

Conforme já citado anteriormente, o programa Bolsa Família transfere renda direta a todas as famílias cuja renda *per capita* é igual ou inferior a R\$ 120,00, contribuindo então para diminuição das desigualdades sociais existentes no país.

Percebe-se, portanto, que ambos os programas transferem renda para as famílias pobres, contribuem para frequência escolar de crianças e adolescentes, e combatem o trabalho precoce. Desta forma faz com que muitos tenham possibilidades de saírem de sua situação de miséria e ter um futuro melhor através da educação. Ou seja, a questão da educação em ambos os programas é uma forma de universalizar a mesma, enquanto estratégia de combate à desigualdade social.

É imprescindível abordar que nos últimos tempos, com o objetivo de formar um sistema otimizado e dinâmico, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) está promovendo uma série de mudanças em suas políticas sociais, isto porque o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está integrando uma política pactuada nacionalmente prevendo uma organização

participativa e descentralizada da Assistência Social com ações voltadas para o fortalecimento da família.

Sendo assim, em uma destas mudanças, o governo federal e o Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, através da portaria GM/ MDS 666 de 28 de dezembro de 2005, propôs a integração dos benefícios PETI e PBF (em anexo).

Os programas PBF e PETI são prioridades do Governo Federal, especialmente no que se refere aos objetivos, respectivamente, de combater a pobreza e de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes.

A integração com outros programas sociais é um dos conceitos centrais do Programa Bolsa família. O Programa está articulado com outros programas e tem suas ações potencializadas no SUAS.

A justificativa para a integração destes programas argumenta que este processo visa a melhoria dos processos de gestão de benefícios e o aprimoramento da racionalidade administrativa das políticas de combate à pobreza e exclusão social no âmbito do Governo Federal.

Assim, as questões de duplicidade e concorrência entre o PBF e o PETI, poderão ser enfrentadas através da integração, que pode se tornar caminho viável para fazer face aos impasses e propiciar uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil, seja por meio do PBF ou do PETI.

Concernente aos pontos em comuns dos programas, o perfil das famílias atendidas é o mesmo, ou seja, ambas se encontram em situações de vulnerabilidades sociais, vivendo em extrema pobreza, tendo como forma de minimizar sua situação a Transferência de Renda que os programas oferecem.

A mudança com a integração, permiti o alcance dos usuários incluídos no Programa Bolsa Família, às ações de enfrentamento ao trabalho precoce na medida em que estende às famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho a participarem das ações sócio-educativas e de convivência do PETI (conforme Art. 13 da portaria 666).

Destaca-se como fundamental, no processo de integração entre PETI e PBF, a possível garantia da especificidade e do foco de cada programa, possibilitando que os mesmos continuem atingindo seus principais propósitos, com o diferencial de poderem ser potencializados e ampliados.

Para que as famílias tenham o direito de receber a Transferência de Renda terão que cumprir o compromisso de retirar crianças e/ou adolescentes de atividades laborais e de exploração. Os mesmos deverão ter frequência nas atividades de ensino regular e nas ações sócio-educativas e de convivência no percentual mínimo de 85% da carga horária mensal.

Conforme citado na portaria 666 Art. 7 de integração PETI e PBF existem algumas regras para as famílias migrarem para o PBF, citamos:

- a) Famílias com renda mensal *per capita* menor que R\$: 120 migrariam para o Bolsa família. Destacando que se tiver perda financeira, mas tiver remanescentes e até três (3) crianças e adolescentes, migra fazendo jus ao benefício extraordinário
- b) Famílias com renda *per capita* maior que R\$: 120,00, se tiver perda financeira e não tiver remanescentes, permanece no PETI.
- c) Famílias com benefícios no PETI migram para o PBF cuja transferência não implique em redução de benefício.¹⁹

De acordo com o Art. 9 da portaria 666 se for identificado trabalho infantil na atualidade do PBF, o cadastro terá que ser atualizado através da marcação do campo 270²⁰, a criança deverá ser afastada do trabalho e participar das ações sócio-educativas e de convivência, quando forem disponibilizadas pelo município. A recusa da família em não cumprir a determinação de afastamento da criança/adolescente do mercado de trabalho será comunicada aos órgãos competentes.

Contudo através do processo de integração dos benefícios financeiros do PETI e PBF não poderão ser recebidos simultaneamente (duplicidade). Ou seja, aquelas famílias que recebiam os 2 (dois) benefícios, passarão a receber apenas 1 (um).

Neste contexto, a Unificação dos benefícios ocorreu também para que mais famílias pudessem ter acesso aos Programas de Transferência de Renda, sendo que o foco agora não é mais “a criança/ ou adolescente em situação de trabalho precoce”. Mas sim as “famílias que vivem em extrema desigualdade social, em que também ocorre situação de trabalho precoce”.

Deste modo com a unificação percebe-se que a política de Transferência de Renda não agirá apenas na causa concreta e verificada de situação de trabalho

¹⁹Disponível em:< [http: www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) >, Acesso em 29 março 2007

²⁰ Dentro do Cadastro único tem que assinar o campo 270 que identifica a existência de trabalho infantil.

precoce, mas sim na ótica de preveni-lo com a transferência direta de renda às famílias beneficiárias.

Todavia, apesar da Unificação dos benefícios PETI e PBF ser uma proposta de melhor gestão dos benefícios, que visa à melhoria no que concerne à política de Transferência de Renda. Através da realização de estágio no programa PETI de Florianópolis, pode-se observar o processo de Integração dos benefícios e implicações em sua gestão. Ocorre que o processo gerou alguns transtornos no dia a dia dos atendimentos no programa, pois algumas famílias tiveram prejuízos financeiros com a unificação .

Desta forma a Coordenação do PETI, através do Serviço Social do programa na busca de garantir os direitos de seus usuários, enviou Relatório ao Governo Federal para que a situação das famílias prejudicadas pudesse ser solucionada. Deste modo, o programa buscou uma maior articulação com Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) /MDS para resolver as dificuldades encontradas com a Unificação dos benefícios PETI e PBF.

A Política Nacional de Assistência Social tem como meta a implantação de políticas articuladas de informação, monitoramento e avaliação que promovam patamares de desenvolvimento da política de Assistência Social no Brasil, das ações realizadas e da utilização de recursos, favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política. Neste sentido busca-se a formulação da cidadania através de ferramentas tecnológicas e informacionais que facilitem o melhor atendimento do direito. Ou seja, os avanços nas tecnologias de informação e comunicação atende as deliberações ocorridas em todas as Conferências Nacionais de Assistência Social (PNAS, 2004).

Como pode se observar, a gestão da informação colocada pela PNAS é para ser executada de maneira que o recebimento de informações e armazenamento de dados se torne importante para o alcance dos objetivos e rumos da Política de Assistência Social na rede SUAS.

Neste contexto, percebe-se que a gestão da informação busca a otimização do sistema, porém ela deve ser executada de maneira correta entre os seus gestores, para que não ocorra falhas na implementação das políticas sociais, como é o caso da situação de algumas famílias beneficiárias do PETI que migraram para o PBF com implicação na redução do valor de seu benefício. Sendo que conforme a portaria 666, isto não poderia acontecer.

Conforme elucida Tapajós (2006), é necessário além da habilidade em saber usar a informação, transformá-la em produtiva para sua ação. Desta forma no processo de gestão das políticas públicas é indispensável compreender que o conceito de dado e informação não pode ser confundido, já que os dados representam os fatos, e a informação a sua representação.

Deste modo, a ação técnica do profissional na coleta de informações é de extrema importância, para efetivação das políticas públicas e a garantia dos direitos dos usuários, para que não ocorra falhas na gestão de programas e serviços.

Contudo o fator tecnologia da informação através da informática e administração da informação, é decisivo para agilizar o fluxo das informações. É através desta gestão de informação posta pela política pública de Assistência Social, desenvolvida no SUAS que as ações e programas são operacionalizados.

A definição de políticas de informação considera a tecnologia como um veículo de promoção da cidadania, desde que executada com ênfase na qualidade dos serviços prestados.

É válido citar que em novembro de 2005, a Secretária Nacional de Assistência Social realizou a 1ª Oficina Nacional sobre gestão da Informação em Assistência Social, da rede SUAS com a participação de Estados e Municípios. Foram colocados nesta Oficina várias finalidades do Sistema de Informação do SUAS, destaca-se as seguintes :

- Organizar a produção, armazenamento e processamento de dados e da informação, na ótica da garantia de direitos;
- Integrar dados e informações nos três níveis de gestão, garantindo a comunicação entre os entes federados, criando uma base de dados específicas;
- Trânsito das informações em todos os níveis gerenciais (técnicos, gerentes e gestores);
- Compromisso com a fidedignidade, confiabilidade de dados, bem como dos resultados já produzidos (pois estes dados incidem diretamente na vida do usuário) respeitando o princípio ético.
- Enfoque na transparência e na acessibilidade;
- Atualização sistemática entre os gestores das três esferas;

- Padronização no formato de comunicação entre os componentes de softwares e integração de sistemas e componentes, assim como o banco de dados, deste modo um sistema integrado;
- Comprometer-se com a entrada e saída de dados do sistema, trabalhando na atualização e compromisso com a rede SUAS;
- Realizar capacitação sistemática e continuada entre os gestores Estaduais e Municipais, para que o fluxo das informações não se perca;

Desta maneira a qualidade na ação de todos os profissionais envolvidos neste processo de gestão da informação é imprescindível para que as políticas públicas sejam efetivadas de maneira que os usuários não se prejudiquem com erros decorrentes de sistemas falhos ou até mesmo de fortes traços culturais existentes nos programas.

A proposta de Unificação do PETI e PBF, expressa no documento Portaria 666, mostra que as famílias não seriam prejudicadas com a migração de programa, porém o que mostram os dados da pesquisa a seguir, é que famílias estão sendo lesadas no valor de seu benefício.

Desta forma é preciso que o conjunto de profissionais, comprometidos com os usuários da Assistência Social, façam uma avaliação da operacionalização final do programa e articule com outros órgãos de maneira que a situação das famílias usuárias do PETI seja revertida, para que as mesmas não passem por mais privações de que já estão passando e obtenham seus direitos e que os mesmos possam ser garantidos. Ou seja, é na execução das políticas que as falhas da gestão vêm à tona, e deste modo, a ponta do atendimento, o usuário acaba sendo atingindo.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nas palavras de Iamamoto (2001), a pesquisa deve estar afirmada como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitem atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Desta forma, pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças.

A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do serviço social, indissociáveis de seus componentes ético-político (IAMAMOTO, 2001, p. 273).

Deste modo a pesquisa da realidade social torna-se um recurso fundamental para formulação de propostas de trabalho. A pesquisa deve ser percebida como instrumento fundamental na aproximação da realidade concreta, pois atribui a dimensão investigativa, a operacionalidade da profissão, resguardando seus componentes ético políticos. A investigação adquire um peso privilegiado no Serviço Social, sendo o reconhecimento das atividades de pesquisa e do espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2001).

Nesse sentido, a partir da experiência durante o processo de estágio curricular obrigatório, pôde-se observar a falta de entendimento generalizada por parte dos técnicos do PETI – trabalhadores da Secretaria Da Criança Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, quanto às reclamações feitas diariamente por algumas famílias em relação ao decréscimo no valor do benefício repassado com a unificação dos programas PBF e PETI, diante do fato de que isso não deveria ocorrer conforme determinação legal.

Com o intuito de conhecer os mecanismos que favoreceram essa situação, procedeu-se a realização, primeiramente, do levantamento e sistematização dos dados necessários, bem como partiu-se para o conhecimento dos trâmites

operacionais do cadastramento das famílias, e esse procedimento requisitou uma pesquisa exploratória.

Conforme Gil (1991), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Na maioria dos casos estas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para o maior entendimento da situação das famílias em relação ao valor do benefício recebido antes e depois da migração com o PBF, foi necessário fazer uma pesquisa documental para recolher os dados necessários para elaboração de um quadro da situação do valor recebido pelas famílias de modo a permitir um diagnóstico preciso dessa questão. Procurou-se, ainda, construir a partir dos dados coletados, quadros comparativos referentes à perda e ao ganho obtido pelas famílias com a unificação dos programas. Essa pesquisa teve como universo o total de 227 famílias beneficiárias do PETI. Ressalta-se que a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa (GIL, 1991).

Corroborando ainda com o pensamento de Gil (1991, p. 53),

algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

A presente pesquisa buscou obter dados sobre a questão dos valores dos benefícios recebidos pelas famílias cadastradas com a integração PETI e PBF, a fim de que novas formas de intervenção possam ser formuladas no intuito de oferecer respostas às situações observadas. O caráter exploratório da pesquisa permite ainda, a reflexão sobre os impactos advindos com a integração dos benefícios e possíveis indagações quanto aos procedimentos que permitiram a defasagem no valor do mesmo.

Para maior esclarecimento dos fatos referentes à integração de Benefício PETI e PBF, foi realizado uma entrevista com a coordenadora e Assistente Social do PBF, utilizando-se de um questionário contendo oito perguntas abertas (apêndice A),

que foi devidamente respondido através de uma entrevista, dando ao pesquisador meios e subsídios para entender sobre a situação pesquisada. A escolha do entrevistado deve-se ao fato dele ocupar posição estratégica na gestão do PBF de Florianópolis.

A técnica da entrevista foi utilizada nessa pesquisa devido à necessidade de conhecer o entendimento dos gestores do programa sobre o fenômeno pesquisado para sua melhor compreensão, tendo em vista que uma das hipóteses que poderiam explicar a redução do benefício poderia estar na questão do fluxo de informações no cadastramento das famílias.

É importante destacar que a referida entrevista trouxe subsídios para responder algumas dúvidas em relação a análise de dados postos nas tabelas a seguir. Contribuindo então para um maior entendimento das situações que serão apresentadas.

6 RESULTADOS

6.1 Análise

Tabela 1 - Relatório geral após Unificação dos Programas PETI e PBF²¹

Situação Geral das Famílias após Unificação PETI e PBF	Nº	%
Famílias prejudicadas	78	34,4
Famílias beneficiadas	131	57,7
Famílias na mesma situação	18	7,9
Total famílias pesquisadas	227	100

Fonte: dados coletados nos arquivos dos PETI e PBF, Prefeitura de Florianópolis, maio de 2007.

Conforme tabela acima, observa-se a real situação do valor dos benefícios recebidos pelas famílias incluídas no PETI que migraram, com a unificação, para o PBF. Os dados mostram falhas na operação do programa, percebe-se que 78 famílias tiveram o valor de seu benefício reduzido após a integração. Conforme o texto da Unificação da portaria GM/ MDS 666 de 28 de dezembro de 2005: a) famílias com renda mensal *per capita* menor que R\$ 120,00 migrariam para o Bolsa família, destacando que se tiver perda financeira, mas tiver remanescentes e até três (3) crianças e adolescentes, migra fazendo jus ao benefício extraordinário; b) famílias com renda *per capita* maior que R\$: 120,00, se tiver perda financeira e não tiver remanescentes permanece no PETI; c) famílias com benefícios no PETI migram para o PBF cuja transferência não implique em redução de benefício.

Embora 57,7% das famílias tenham tido ganhos com a unificação, um percentual expressivo de famílias (34,4%) foi lesada com perda no valor do benefício.

Percebe-se ainda, uma proximidade do número de famílias beneficiadas e prejudicadas pela unificação, o que demonstra a ocorrência de uma margem de erro

²¹ Considerando-se em todas as tabelas apenas as famílias que tinham benefício no PETI e foram transferidas para o PBF.

na execução do programa, visto que seu objetivo é manter o maior valor antes recebido, de modo a não lesar a família incluída.

Tabela 2 - Relatório geral da mudança de orçamento com a transição PETI-PBF

Recursos destinados a Política de Transferência de Renda	
Gasto total antes	R\$ 16.245,00
Gasto total depois	R\$ 16.825,00
Aumento Total de	3,6%

Fonte: dados coletados nos arquivos dos PETI e PBF, Prefeitura de Florianópolis, maio de 2007.

Através da tabela acima, percebe-se que o Governo Federal através da Unificação de benefícios PETI e PBF está investindo mais em política de Transferência de Renda. Tem-se um aumento de 3,6%, constata-se então que a Unificação trouxe resultados, mesmo que pequenos, positivos em relação ao aumento da destinação orçamentária à política de Assistência Social.

Tabela 3 - Variação do benefício para famílias beneficiadas

Variação de ganho no benefício		
Valor recebido PETI	Média Recebimento PBF	Variação
R\$ 40,00	R\$ 71,21	78,02%
R\$ 80,00	R\$ 94,23	17,79%
R\$ 120,00	R\$ 130,50	8,75%

Fonte: dados coletados nos arquivos dos PETI e PBF, Prefeitura de Florianópolis, maio de 2007.

A partir da tabela de número 3, pode-se visualizar o aumento significativo no valor do benefício das famílias PETI que migraram para o PBF. As famílias que recebiam R\$40,00, estão recendo em média no PBF o valor de R\$ 71,21, tendo uma variação de 78,02%. Através do percentual apresentado evidencia-se que a integração de benefícios provocou melhoria para as famílias usuárias dos programas.

Dentre as famílias beneficiadas com a Integração, tem-se um aumento médio de 49,9% no valor dos benefícios. Desta forma percebe-se que a Unificação dos programas obteve a melhoria na distribuição de benefícios, aumentando o seu valor, conforme previsto por sua legislação, e otimizando os gastos. Contribuindo então para diminuição da desigualdade social existente no país.

Tabela 4 - Variação do benefício para famílias prejudicadas

Variação de perda no benefício		
Valor recebido PETI	Média Recebimento PBF	Variação
R\$ 40,00	R\$ 23,25	-41,88%
R\$ 80,00	R\$ 45,09	-43,64%
R\$ 120,00	R\$ 88,81	-25,99%

Fonte: dados coletados nos arquivos dos PETI e PBF, Prefeitura de Florianópolis, maio de 2007.

Dentre as famílias que foram prejudicadas tem-se uma redução média de 31,8 % no valor do benefício, dado bastante relevante se tratando de famílias que vivem em extrema pobreza, onde muitas delas vêm na Transferência de Renda uma saída para amenizar sua situação de privação.

Esse quadro de prejuízos pode ser mais bem observado na tabela acima, onde a variação de diminuição é significativa, os dados expostos mostram que as famílias que recebiam R\$40,00 estão recebendo em média o valor de R\$23,25, ou seja quase a metade do valor. É valido fazer a comparação com o valor de uma cesta básica que custa atualmente, no município de Florianópolis, R\$168,02 ²². Desta forma fica mais distante ainda para a família beneficiária ter acesso ao mínimo a sua sobrevivência, que é o acesso aos alimentos.

6.2 Análise da Entrevista

Através dos dados expostos nas tabelas acima, percebe-se que uma parcela significativa de usuários do PETI que migraram para o PBF tiveram seu valor de benefício prejudicado após a integração. Deste modo tentou-se com a entrevista, esclarecer as dúvidas decorrentes desta integração e as possíveis causas do quadro apresentado acima. Foi analisada então a opinião da técnica do PBF referente à Integração dos benefícios e se a mesma tinha conhecimento das situações das famílias que tiveram prejuízos com a unificação.

E:1 Nós do Programa seguimos o que tem determinado nas portarias e nas leis, sendo que o objetivo do governo federal é a unificação total de benefícios, sendo que a tendência são todas as famílias migrarem para o PBF, sendo que o PETI

²²Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/trajun07.xml#FLORIPA>>, Acesso em: 04 junho 2007.

continua sim, dando ênfase às ações sócio-educativas e de convivência. A previsão da Unificação é de que nenhuma família tenha prejuízo no recebimento do benefício, porém sabemos que algumas famílias do PETI foram prejudicadas, então os técnicos do PETI enviaram relatório para o Governo Federal, mas até as coisas se acertarem os resultados serão ao longo prazo.

Através da fala da entrevistada evidencia-se, não apenas que a mesma tem conhecimento sobre a Integração de benefícios e suas tendências futuras, como também sobre a ocorrência de famílias sendo prejudicadas com a integração, pois há muitas famílias fazendo suas reclamações através dos contatos telefônicos com os técnicos do PETI. No entanto como a técnica mencionou, as respostas do governo são a “longo prazo”, sinalizando que a solução desse problema tende a demorar.

Percebe-se a falta de monitoramento constante quanto ao funcionamento do programa e suas exigências. Verifica-se ainda uma falta de compreensão de que o órgão estatal que operacionaliza a política no âmbito municipal também é governo. Desta forma, ele é mostrado como se fosse algo distante, separado e a parte do processo local.

Levantou-se a questão sobre o porquê das famílias estarem tendo prejuízo no recebimento do benefício, e onde ocorre a sistematização de dados que decide qual o valor do benefício que a família vai receber.

E:1 *O Sistema da Caixa Econômica Federal (CEF) é automático. O PBF joga os dados no CADÚNICO, e a CEF pega os dados e operacionaliza conforme a renda. Os critérios de renda são decididos no Sistema da CEF que faz o reflexo das informações que ela recebe. Sendo que a mesma lê as informações e gera o benefício. O sistema cancela automático a renda per capita maior que os critérios do PBF. O governo federal manda pra CEF a listagem de beneficiários, o município apenas operacionaliza.*

Deste modo entende-se que o Sistema da Caixa Econômica Federal (CEF) é um dos responsáveis pela situação das famílias que tiveram prejuízos em seu

benefício. Ou seja, é uma combinação de erros cometidos por diferentes gestores governamentais que nos levam a esta hipótese.

Porém, o discurso da responsabilização do Sistema informatizado quanto aos equívocos ocorridos oculta que ele é organizado a partir de critérios definidos pela equipe de gestão, logo o problema repõe-se em uma questão política, de discussão e formulação do programa.

Apresentada sobre a questão da Unificação como proposta do governo federal, se a mesma é melhor para o atendimento dos usuários, a entrevistada coloca que:

E 1: A integração é para fazer o controle melhor dos benefícios e organizá-los. Com os benefícios espalhados ocorrem irregularidades. A tendência é melhorar com a Unificação. O PBF aqui de Florianópolis acata o que está posto na legislação e falando eticamente a tendência é melhorar a situação das famílias. Porém coisas erradas que foram feitas no passado inconseqüentemente geram reflexos hoje. Os processos de aperfeiçoamento geram também critérios de renda mais rígidos.

Verifica-se então pela resposta da profissional que a visão que a mesma tem, é que a Unificação dos benefícios é para o melhor gerenciamento dos programas, para que não ocorram mais erros devidos aos benefícios estarem pulverizados em diversos programas. Deste modo os benefícios estariam em um único programa, o PBF, otimizando então a política de Transferência de Renda. É válido salientar que a proposta de Unificação dos benefícios é uma estratégia do Governo federal que visa melhorias no sistema. Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social²³:

as questões de duplicidade e concorrência entre o PBF e o PETI, são enfrentadas através da integração, que se tornou caminho viável para fazer face aos impasses e propiciar uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil, seja por meio do PBF ou do PETI.

Destacou-se então no momento da entrevista como poderia ser solucionada a situação das famílias prejudicadas e quais órgãos poderiam ser acionados e

²³ Disponível em: < [http://: www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) >, Acesso em: maio de 2007

articulados para que providências fossem tomadas. Deste modo a entrevistada colocou que:

E1: A luta é com o MDS, porém o programa sozinho não consegue, pois tem pouca força, teríamos que acionar os conselhos para que os mesmos pudessem nos ajudar com esta questão.

É preciso então fazer articulações com os Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e com outros órgãos competentes para buscar solucionar a situação das famílias que tiveram prejuízos através da Unificação de benefícios.

A lei nº 10.839, de 09 de janeiro de 2004, que cria o PBF estabelece o controle social como um de seus componentes, garantindo a participação da sociedade na execução e acompanhamento do programa.

As gestões dos programas sociais exigem muito mais que sistemas eficientes e eficazes de administração. Por melhor que seja institucionalmente a gestão integral do PBF – ou de qualquer outro programa governamental, este constitui-se situado no terreno móvel e conflitivo das políticas sociais e dos direitos sociais. Nesse sentido, é premente o exercício efetivo dos atores que compõem os conselhos de assistência social, bem como, a promoção de um amplo e politizado debate sobre a importância da política de Transferência de Renda.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, buscou analisar a integração de benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF), a partir do fato que este processo gerou reclamações por parte das famílias usuárias, tendo em vista a diminuição no valor do repasse financeiro.

Através do referencial teórico contextualizou-se o histórico da política de Transferência de Renda no país, para que houvesse um melhor entendimento desse tipo de ação governamental e suas implicações, em particular o previsto na legislação dos programas PETI e PBF, e sua posterior Unificação.

Conforme analisado na primeira seção, os programas de Transferência de Renda são usados como estratégia para a diminuição das desigualdades sociais existentes no país. Estes visam diminuir a exclusão social advinda das transformações ocorridas no sistema capitalista vigente.

Face a estas transformações estão as mudanças no mundo do trabalho, desemprego estrutural, mercado de trabalho competitivo, entre outros. Desta forma muitas famílias vêm como única alternativa recorrer aos programas de Transferência de Renda, para satisfazer suas necessidades consideradas mínimas.

Ao buscar compreender a integração de benefícios PETI e PBF, verificou-se que um dos motivos que levou a Unificação foi permitir que mais famílias tenham acesso aos programas de Transferência de Renda. Através da análise dos programas destaca-se que o PETI é um programa de combate ao trabalho precoce, sendo que a criança é inserida quando a mesma já está trabalhando, desta maneira ele se mostra excludente, pois não atua de modo a prevenir que crianças e adolescentes pobres ou em condição de miserabilidade sejam levados ao trabalho precoce.

Neste contexto, através da Unificação de benefícios o PBF distribui renda para famílias, buscando diminuir a desigualdade social e erradicando o trabalho precoce, e o PETI continua seu trabalho dando ênfase nas ações sócio-educativas e de convivência.

Dentre os primeiros impactos do processo de Unificação de benefícios PETI e PBF, a pesquisa documental realizada mostrou dados relevantes, onde 34,4 % das famílias tiveram prejuízos financeiros através da unificação, número este

considerado significativo. Ressaltando que estas famílias vivem em extrema pobreza, buscando na transferência de renda uma saída para suprir suas carências mais urgentes, sendo em muitos casos a única fonte monetária que possuem.

Todavia, 57,7% das famílias foram beneficiadas com a integração e o governo aumentou seus gastos com a distribuição de benefícios em 3,6% . Entende-se que a proposta de Unificação vem para otimizar a distribuição de renda e aumentar o número de beneficiários do PBF, porém a pesquisa mostrou falhas na gestão da distribuição dos benefícios.

Destaca-se a portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005 que expressa a Unificação dos programas. Neste documento fica explícito que as famílias não seriam prejudicadas com a migração de benefício. Deste modo, é preciso que os profissionais envolvidos nos programas façam uma reavaliação da operação dos mesmos, observando a importância do processo da gestão da informação para que os usuários das políticas públicas não sejam prejudicados por sistemas falhos, e sobretudo a necessidade de politização desses programas, influenciando em uma dinâmica participativa no seu controle social.

É importante reforçar que as famílias prejudicadas estão tendo seus direitos violados. Esta é uma questão que precisa ser articulada com os Conselhos de Assistência Social para que a situação seja revertida. É preciso que os profissionais envolvidos no gerenciamento dos programas articulem com os órgãos responsáveis para que soluções possam ser apresentadas com a urgência devida.

É preciso entender que o direito ao trabalho está cada vez mais distante da população brasileira. O sistema capitalista é excludente, cresce o domínio do capital financeiro em relação ao capital produtivo. Desta forma, ocorre uma crise da sociedade salarial, crescentes índices de desemprego em massa de longa duração, aumento dos empregos precários e que não garantem direitos, e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou re-inserção no mercado de trabalho.

Existe um exército significativo de força de trabalho disponível no mercado, todavia o mercado de trabalho não consegue absorver a todos, logo grande parcela da população depende das políticas públicas existentes, para garantir a sua sobrevivência, isso quando consegue acessá-las.

Conforme elucida Iamamoto (2001), essa redução de emprego, aliada à diminuição do papel do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos

serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passando a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.

Os Programas de Transferência de renda são uma alternativa para milhões de famílias que estão excluídas do mercado de trabalho, vivendo em condições de extrema miserabilidade. Através do recebimento do benefício elas podem ter acesso a suprir as suas carências consideradas, pelas mesmas, mais urgentes.

É preciso que a agenda governamental e os gestores das políticas públicas entendam que a garantia de uma renda, deve estar independente da ocupação de um trabalho ou emprego. "A renda social incondicional ao trabalho seria uma possibilidade de socializar a riqueza produzida pelo sistema capitalista e até mesmo possibilitar sua superação". Isto se dá devido ao declínio da sociedade do trabalho e, sobretudo o estável e assalariado, onde o fator trabalho já não representa um fator de integração social ou de distribuição da riqueza socialmente produzida (FERREIRA, 1999, p. 20).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Lei nº. 8742. Brasília, Senado Federal, 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004.

_____. **Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

CARDOSO, Margarida Munguba. O cenário de trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: uma realidade histórica. ANAIS DA REGIAO SUL. Proteção integral para crianças e adolescentes: **fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem**. Florianópolis: Drt/SC, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. **Serviço Social & Sociedade**: mínimos sociais, exclusão social. São Paulo: Cortez, nº 55.nov, 1997.p. 105-113.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil domestico no Brasil contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. 284 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FALEIROS, Vicente. Renda mínima uma avaliação. In: SPOSATI, Aldaíza. **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento?. São Paulo: Cortez, 1997. p 11-46.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Direito à renda ou direito ao trabalho? In: **Revista INSCRITA**, São Paulo, Cortez, ano II, n. IV, p. 19-22, mai. 1999.

FONSECA, Ana Maria. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001. 221 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 326 p.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir a mais valia. In:_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

PAIVA, Beatriz Augusto; MARTINS, Valdete de Barros. A implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, 2003, p. 47-73.

PEREIRA, Potyara. Sobre a política de Assistência Social no Brasil. In:_____. **Política social e democracia** São Paulo: Cortez, 2001. p. 217-233.

_____. **Necessidades sociais e mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000. p 28-86.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha do PETI**. Brasília: [s.n.], 2004.

SANTOS, Rubia dos. **Caracterização das famílias beneficiárias do programa de transferência dos benefícios monetários: PETI São José**. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SERESOLI, Judite. **O programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) Florianópolis: impactos no grupo familiar**. 2005. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Maria Ozanira e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997. 168 p.

_____. Comunidade solidária: focalização ou fragmentação da pobreza? In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 7., 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2000.

SILVA, Maria Ozanira e. YAZBEK, Maria Carmelinda; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004. 223 p.

SOARES, Laura Tavares *et al.* **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Veramundo, 2004. 150 p.

SPOSATI, Aldaíza (Org). **Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?**. São Paulo: Cortez , 1997a. 172 p.

_____. Mínimos sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55 , 1997b, p.9-35.

_____. Inclusão social e programa de Renda Mínima. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 66, 2001a.

_____. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 68, 2001b, p. 54-82.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda e cidadania** : a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.

TAPAJÓS, Luziele. A gestão da informação no SUAS. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 87, set. 2006, p. 178-199.

YAZBEK. Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1999.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Orgs.). A UNESCO e o compromisso com o desenvolvimento e o combate à pobreza. In: _____. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004. p. 17-26

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que esta transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Abramo, 2006.

Bibliografia de apoio

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME .Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>, Acesso em abril 2007.

Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores> , Acesso em abril de 2007..

Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em abril de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME .Disponível em :<<http://www.mds.gov.br/suas/conheca/conheca09.asp>>. Acesso em abril de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME .Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia/programa-bolsa-familia/o-que-e>> . Acesso em abril de 2007.

<http://www.ipea.gov.br> Acesso em abril de 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em abril de 2007.

[Http://www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), Acesso em março de 2007

<http://www.dieese.org.br/rel/rac/trajun07.xml#FLORIPA>, Acesso em junho de 2007.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/texto-6-Integracao-PETI-PBF.doc/view?search=peti>>. Acesso em: maio de 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Entrevista feita com técnica do Programa Bolsa Família (PBF) de Florianópolis

1. *Como você vê a unificação PETI E PBF na perspectiva do Serviço Social e como se dá na prática?*
2. *Quais as perspectivas futuras com a unificação dos benefícios?*
3. *Com se dá à colocação de dados onde se “decide” se a família integra no PBF u não? Cadastro Único? O Sistema da Caixa Econômica Federal (CEF)?*
4. *Você tem conhecimento sobre a situação das famílias que migraram para o PBF, foram prejudicadas no valor do benefício? Sabe como ficará a situação delas?*
5. *Após a integração PETI e PBF aumentou o número de famílias beneficiárias?*
6. *Número de famílias atendidas antes da Unificação e depois?*
7. *Você a unificação como uma proposta boa do governo federal para os usuários dos programas?*
8. *Como funciona a gestão da informação entre o PBF de Florianópolis e a Secretária Nacional de Assistência Social.*

ANEXO



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



05315



Edição Número 251 de 30/12/2005

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Gabinete do Ministro

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 666, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005

Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 10.638, de 28 de maio de 2003, e nas atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e CONSIDERANDO:

O disposto no art. 227, *caput*, da Constituição Federal, que determina que é dever da família, da sociedade e do Estado colocar as crianças e os adolescentes a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, e que um dos aspectos desta proteção especial é a proibição de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade (CF, art. 7º, XXXIII, combinado com o art. 227, § 3º, I);

Os compromissos assumidos pela União, diante da comunidade das nações, por meio da ratificação da Convenção Internacional da Criança e do Adolescente, da Organização das Nações Unidas – ONU; e das Convenções Internacionais nº 138 (Idade Mínima para Início ao Trabalho) e nº 182 (Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil), ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT;

O disposto no Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que proíbe o trabalho abaixo da idade mínima legalmente estabelecida, garante o direito à profissionalização, bem como estabelece normas para a proteção daqueles com idade permitida ao trabalho;

Que o Programa Bolsa Família – PBF, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, constitui a política intersetorial do Governo Federal voltada ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, abrangendo em seu público-alvo, famílias com situação de trabalho infantil, com diferentes graus e perfis de vulnerabilidade;

O disposto no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, segundo o qual novas condicionalidades podem ser agregadas ao Programa Bolsa Família, por regulamento, assim como no art. 1º do Decreto nº 5.209, de 2004, que prevê que o referido programa será regido pelo Decreto e pelas disposições complementares estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

Que os Programas Bolsa Família – PBF e de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI são prioridades do Governo Federal, especialmente no que se refere aos objetivos, respectivamente, de combater a pobreza e de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes, resolve:

Art. 1º. Estabelecer a integração entre o Programa Bolsa Família – PBF, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, regido pela Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 4 de outubro de 2001

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e da Forma de Integração entre o PBF e o PETI

Art. 2º. A integração entre o PBF e o PETI perseguirá os seguintes objetivos:

I - racionalização e aprimoramento dos processos de gestão do PBF e do PETI;

II - ampliação da cobertura do atendimento das crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI;

III - extensão das ações sócio-educativas e de convivência do PETI para as crianças ou adolescentes do PBF em situação de trabalho infantil; e

IV – universalização do PBF para as famílias que atendem aos seus critérios de elegibilidade.

Art. 3º. Para os efeitos da integração de que trata esta Portaria:

I – o componente de transferência de renda para as famílias que atendam ao critério de elegibilidade do PBF será tido como benefício do PBF;

II – o componente de ações sócio-educativas e de convivência que devem ser freqüentadas pelas crianças e adolescentes das famílias oriundas do PETI, assim como pelas famílias beneficiárias do PBF que apresentem situação de trabalho infantil, será tido como parte integrante do PETI; e

III - o componente de transferência de renda para as famílias que não atendam ao critério de elegibilidade do PBF será tido como benefício financeiro do PETI.

CAPÍTULO II

Da Seleção de Famílias e da Concessão e Manutenção de Benefícios Financeiros do PBF e do PETI

Art. 4º. No que se refere ao componente de transferência de renda, as famílias em situação de trabalho infantil, ainda não inscritas no PETI ou no PBF, deverão ser incluídas:

I - no PBF, caso tenham renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais); ou

II - no PETI, caso tenham renda *per capita* mensal superior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 5º. A seleção de famílias para ingresso no PBF seguirá as regras definidas na Lei nº 10.836, de 2004, sendo consideradas, para efeito de concessão de benefícios financeiros mencionados no art. 3º, I, desta Portaria, as famílias em situação de trabalho infantil que apresentem:

I - renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais);

II - informações da família corretamente inseridas no Cadastramento Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001; e

III - situação de trabalho infantil de que trata o *caput*, devidamente registrada no CadÚnico, segundo as regras definidas nesta Portaria.

Parágrafo Único. A concessão dos benefícios financeiros do PBF será efetuada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, respeitada a disponibilidade orçamentário-financeira existente.

Art. 6º. A seleção de famílias para ingresso no PETI seguirá as regras definidas na Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 2001, sendo consideradas para efeito de concessão de benefícios financeiros de que trata o art. 3º, III, as famílias:

I - Cujas renda familiar *per capita* mensal seja superior a R\$ 100,00 (cem reais);

II - Cujas informações estejam corretamente inseridas no CadÚnico; e

III - cuja situação de trabalho infantil seja devidamente registrada no CadÚnico, segundo as regras definidas nesta Portaria.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios financeiros de que trata o *caput* para as famílias selecionadas será efetuada pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, respeitada a disponibilidade orçamentário-financeira existente, segundo o disposto no art. 15 desta Portaria.

Art. 7º. Serão gradualmente transferidas para o PBF, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira existente, as famílias usuárias do PETI que apresentarem, simultaneamente, as seguintes características:

Renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais); e

Benefícios financeiros do PETI operacionalizados pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º Permanecerão no PETI operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, para todos os efeitos, as famílias:

Que possuam apenas os benefícios financeiros do PETI; e

Cuja transferência para o PBF implique redução no montante dos benefícios financeiros recebidos do PETI operacionalizados pela Caixa Econômica Federal.

§ 2º As famílias que recebem benefícios financeiros do PETI, operacionalizados mediante convênios firmados pelos entes federados com o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, serão gradualmente incluídas no PBF ou no PETI operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, desde que estejam inscritas no CadÚnico, respeitado ainda o seguinte:

I – Se a renda *per capita* mensal da família for superior a R\$ 100,00 (cem reais), a família será incluída no PETI operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, mantendo os benefícios financeiros dos programas remanescentes, caso existentes;

II - Se a família possui renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais), a família será incluída no PBF, sem prejuízo do disposto no art. 8º desta Portaria.

Art. 8º. As famílias que sejam simultaneamente usuárias do PETI e beneficiárias dos Programas Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação ou Auxílio Gás, e forem transferidas para o PBF, farão jus ao Benefício Variável de Caráter Extraordinário.

§ 1º. O valor do Benefício Variável de Caráter Extraordinário será calculado pela diferença entre o valor que a família receberia apenas pelo PBF e o somatório dos benefícios financeiros recebidos dos Programas Remanescentes e do PETI.

§ 2º. Se a diferença obtida pelo cálculo definido no parágrafo anterior resultar em número não inteiro, o valor financeiro do Benefício Variável de Caráter Extraordinário será arredondado para o valor inteiro imediatamente superior.

§ 3º. A liberação do pagamento do Benefício Variável de Caráter Extraordinário obedecerá ao disposto na legislação dos benefícios do PBF, ficando a este vinculado.

§ 4º. O Benefício Variável de Caráter Extraordinário terá seu prazo de prescrição estabelecido com base nos dados do CadÚnico e na data de concessão dos benefícios dos Programas Remanescentes, de acordo com o seguinte:

I – para famílias advindas do Programa Bolsa-Alimentação, será considerado como prazo-limite para concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário o primeiro dia do mês e o ano em que a criança mais nova da família completar 6 anos e 11 meses de vida, de acordo com a composição familiar no CadÚnico na data de concessão do benefício no PBF;

II – Para as famílias oriundas do Cartão Alimentação, será considerado como prazo-limite para concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário o período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário no PBF;

III – para famílias oriundas do Programa Auxílio-Gás, será considerado como prazo-limite para concessão o período de 12 meses a partir da data de concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário no PBF;

IV – para famílias oriundas de mais de um Programa Remanescente, tendo por base o Número de Identificação Social – NIS do responsável legal, será considerada como data-limite para concessão a regra que resultar no maior período de prescrição.

Art. 9º. Os benefícios financeiros do PBF e do PETI não serão liberados para pagamento se for comprovada a ocorrência de trabalho infantil nas famílias.

§ 1º Em conformidade com o disposto no art. 6º, § 5º, da Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, comprovada a existência de trabalho infantil em família beneficiária do PBF, os benefícios financeiros serão bloqueados até a cessação do trabalho infantil e a inscrição da família em atividades sócio-educativas e de convivência, desbloqueando-se em seguida ao cumprimento dessas obrigações.

§ 2º. Comprovada a existência de trabalho infantil em família usuária do PETI, os benefícios financeiros serão bloqueados até a cessação do trabalho infantil, desbloqueando-se em seguida ao cumprimento dessa obrigação.

§ 3º A recusa da família beneficiária do PBF ou usuária do PETI em cumprir as obrigações dispostas nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser comunicada aos órgãos competentes para as providências cabíveis e implicará o cancelamento dos beneficiários financeiros, em conformidade, para as famílias do PBF, com o disposto no art. 14, § 3º, da Portaria GM/MDS nº 555, de 2005.

§ 4º. Será aplicável o cancelamento dos benefícios financeiros e o desligamento das famílias desses programas se decorridos 6 (seis) meses do bloqueio dos benefícios financeiros.

§ 5º Comprovada a existência de trabalho infantil em família beneficiária do PBF, o cadastro da família deverá ser imediatamente atualizado segundo o disposto no art. 11 desta Portaria.

Art. 10. A família beneficiária do PBF não poderá receber simultaneamente os benefícios financeiros do PETI, sejam estes operacionalizados por meio da Caixa Econômica Federal ou mediante convênios firmados pelos entes federados com o FNAS, devendo ser bloqueado ou cancelado o benefício financeiro de menor valor, por parte do gestor que identificar a duplicidade de pagamentos.

§ 1º. Na hipótese dos valores pagos em duplicidade no PBF e no PETI serem iguais, o bloqueio ou o cancelamento será aplicável ao benefício financeiro do PETI.

§ 2º O bloqueio será cabível quando houver indício de acúmulo de benefícios financeiros, registrado formalmente a partir de auditoria ou fiscalização realizadas.

§ 3º O cancelamento será cabível quando houver a confirmação do acúmulo de benefícios financeiros, registrada formalmente.

§ 4º No que se refere ao disposto nos §§ 2º e 3º, caso os benefícios a serem bloqueados ou cancelados pertençam ao PBF, deverão ser observados procedimentos da Portaria GM/MDS nº 555, de 2005.

CAPÍTULO III

Do Cadastramento das Famílias em Situação de Trabalho Infantil

Art. 11. As famílias em situação de trabalho infantil deverão ter suas informações inseridas no CadÚnico, atentando-se para obrigatoriedade do preenchimento do seguinte:

I - Para as crianças ou adolescentes da família em situação de trabalho infantil deverão ser preenchidas as informações do campo nº 270 do formulário do CadÚnico;

II - Para o responsável legal da família, definido preferencialmente como a mulher de idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos, o registro de ao menos um documento de emissão e controle nacional, notadamente o CPF ou o Título de Eleitor; e

III - Para o domicílio e todas as pessoas da família, o preenchimento de todos os campos obrigatórios do formulário do CadÚnico.

Art. 12. Nos municípios onde residam famílias usuárias do PETI cujos benefícios financeiros sejam operacionalizados mediante convênio firmado pelo FNAS, as Prefeituras deverão inserir as informações relativas a cada família em situação de trabalho infantil no CadÚnico, obrigatoriamente, até 31 de março de 2006.

Parágrafo único. A SENARC e a SNAS definirão, em ato administrativo conjunto, a data a partir da qual não serão mais realizados os repasses financeiros previstos nos convênios firmados pelo FNAS com os entes federados para o pagamento de benefícios financeiros do PETI.

CAPÍTULO IV

Das Condicionalidades do PBF e das Atividades Sócio-educativas e de Convivência do PETI

Art. 13. As crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil, cujas famílias sejam beneficiárias do PBF, serão inseridas nas atividades sócio-educativas e de convivência proporcionadas pelo PETI, nos termos da Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 2001, sem prejuízo do cumprimento das condicionalidades de saúde e de educação do PBF.

§ 1º. A SNAS será responsável pelo acompanhamento do cumprimento das atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI.

§ 2º. As diretrizes e normas para o acompanhamento e a fiscalização das atividades sócio-educativas e de convivência serão disciplinadas em ato administrativo conjunto da SENARC e da SNAS.

Art. 14. As famílias em situação de trabalho infantil, beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, na forma, respectivamente, do art. 3º, I e III, desta Portaria, que descumprirem as atividades sócio-educativas ou de convivência não terão seus benefícios financeiros liberados.

§ 1º. As diretrizes e normas para a repercussão financeira do descumprimento das atividades sócio-educativas e de convivência serão disciplinadas em ato administrativo conjunto da SENARC e da SNAS.

§ 2º. Não serão penalizadas as famílias que não cumprirem atividades sócio-educativas ou de convivência previstas quando não houver a oferta do respectivo serviço ou por força maior ou caso fortuito.

Art. 15. Havendo disponibilidade orçamentário-financeira, a SNAS promoverá a oferta de atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, por meio dos municípios que formam a rede de implementação do PETI, de acordo com os critérios de partilha de recursos do PETI previstos na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social.

CAPÍTULO V

Das Atribuições Relativas à Integração entre o PBF e o PETI

Art. 16. Caberão ao Gestor Municipal do PBF, cujo município tenha formalmente aderido ao programa, nos termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - analisar as demandas de bloqueio e de cancelamento de benefícios financeiros do PBF remetidas pelas instâncias de gestão, participação ou controle social, promovendo as ações de gestão de benefícios cabíveis;

II - promover a atualização do cadastro das famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil; e

III - manter interlocução com o gestor do PETI no município, se for o caso.

Art. 17. Caberão ao Gestor Estadual do PBF, cujo Estado tenha formalmente aderido ao processo de atualização cadastral disciplinado pela Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - apoiar a atualização do cadastro das famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil; e

II - manter interlocução com o gestor do PETI no Estado, se for o caso.

Art. 18. Caberão à instância municipal de controle social do PBF, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - comunicar aos Gestores Municipais do PBF e do PETI os casos de famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil em sua localidade;

II - manter interlocução com a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil; e

III – comunicar aos Gestores Municipais do PBF e do PETI a respeito de famílias que recebam recursos desses programas que não estejam respeitando a frequência às ações sócio-educativas e de convivência, sobre a inexistência ou precariedade da oferta destas ações no âmbito local.

Art. 19. Caberão à instância estadual de controle social do PBF, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - comunicar aos Gestores Estaduais ou Municipais do PBF e do PETI os casos de famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil em seu território de abrangência; e

II - manter interlocução com a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

Art. 20. Caberão à SENARC, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I – transferir recursos ao agente operador para pagamento dos benefícios financeiros mencionados no art. 3º, I, desta Portaria;

II – orientar os Estados e municípios sobre assuntos relacionados à integração entre o PBF e o PETI, no que lhe couber;

III - disciplinar questões operacionais pertinentes à integração entre o PBF e o PETI, em conjunto com a SNAS;

IV - garantir aos agentes autorizados em normas específicas acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Benefícios do PBF;

V - realizar a repercussão do descumprimento das atividades sócio-educativas e de convivência nos benefícios financeiros das famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF, segundo normas vigentes e informações encaminhadas pela SNAS;

VI - promover o intercâmbio de experiências entre os Estados e municípios, divulgando-as em âmbito nacional; e

VII - acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos gestores do PBF nos Estados e municípios.

Art. 21. Caberão ao Gestor Municipal do PETI, sem prejuízo de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - analisar as demandas de bloqueio ou de cancelamento de benefícios financeiros do PETI oriundas das instâncias de gestão, participação ou controle social, promovendo, quando cabível, as ações de gestão de benefícios competentes;

II - promover a inclusão no CadÚnico das famílias usuárias do PETI com benefícios financeiros operacionalizados mediante convênio firmado pelo FNAS;

III - prover a oferta de atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, segundo a legislação vigente;

IV - encaminhar à SNAS o resultado do acompanhamento das atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, segundo normas vigentes; e

V - manter interlocução com o gestor do PBF no Município, se for o caso.

Art. 22. Caberão ao Gestor Estadual do PETI, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - apoiar a inclusão no CadÚnico das famílias usuárias do PETI com benefícios financeiros operacionalizados mediante convênio firmado pelo FNAS;

II - prover a oferta de atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, segundo a legislação vigente;

III - encaminhar à SNAS o resultado do acompanhamento das atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, segundo normas vigentes; e

IV - manter interlocução com o gestor do PBF no Estado.

Art. 23. Caberão à Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil do PETI, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - comunicar aos Gestores Municipais do PBF e do PETI os casos de famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil em sua localidade;

II - manter interlocução com a instância municipal de controle social do PBF; e

III - comunicar aos Gestores Municipais do PBF e do PETI a respeito de famílias que recebam recursos desses programas que não estejam cumprindo a frequência às ações sócio-educativas e de convivência, ou sobre a inexistência de oferta destas ações no âmbito local.

Art. 24. Caberão à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil do PETI, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - comunicar aos Gestores Estaduais ou Municipais do PBF e do PETI os casos de famílias beneficiárias do PBF em situação de trabalho infantil em sua localidade; e

II - manter interlocução com a instância estadual de controle social do PBF.

Art. 25. Caberão à SNAS, sem detrimento de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I - transferir recursos ao agente operador para pagamento dos benefícios financeiros mencionados no art. 3º, III, desta Portaria;

II - orientar os Estados e municípios sobre assuntos relacionados à integração entre o PBF e o PETI, no que lhe couber;

III - regulamentar assuntos pertinentes à integração de que trata esta Portaria, em conjunto com a SENARC;

IV - promover a oferta de atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, por meio dos municípios que formam a rede de implementação do PETI;

V - realizar o acompanhamento das atividades sócio-educativas e de convivência para as famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PBF ou usuárias do PETI, segundo normas vigentes, encaminhando à SENARC as informações relativas ao PBF;

VI - garantir aos agentes autorizados em normas específicas o acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Benefícios do PETI;

V - realizar a repercussão do descumprimento das atividades sócio-educativas e de convivência nos benefícios financeiros das famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do PETI, segundo normas vigentes;

VI - promover a articulação regional dos responsáveis pela erradicação do trabalho infantil;

VII - promover o intercâmbio de experiências entre os Estados e municípios, com vistas à identificação de exemplos de boas práticas de erradicação do trabalho infantil, divulgando-as em âmbito nacional; e

VIII - acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos responsáveis pela erradicação do trabalho infantil nos Estados e municípios.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 26. Para os fins desta Portaria, aplicam-se ao Distrito Federal as disposições referentes aos municípios.

Art. 27. No anexo da Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 2001, ficam alterados os seguintes dispositivos:

I - O item “3 - Público-Alvo”, parágrafo primeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“o PETI atenderá as diversas situações de trabalho de crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de famílias com renda per capita mensal superior a R\$ 100,00 (cem reais).”

II – Ao item “5.9 Critérios de Concessão da Bolsa”, fica adicionado o seguinte parágrafo:

“A frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades do ensino regular e da Jornada Ampliada será exigida no percentual de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.”

III - Ao item “5.10 Atividades da Jornada Ampliada”, fica adicionado o seguinte parágrafo:

“As famílias em situação de trabalho infantil, beneficiárias do Programa Bolsa Família, terão as crianças ou adolescentes nessa situação inseridas nas atividades sócio-educativas e de convivência proporcionadas pelo PETI.”

Art. 28. O art. 5º, § 3º, da Portaria GM/MDS nº 737, de 15 de dezembro de 2005, fica alterado para o seguinte:

“§ 3º Para as famílias oriundas do Cartão Alimentação, será considerado como prazo-limite para concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário o período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de concessão do Benefício Variável de Caráter Extraordinário no PBF.”

Art. 29. O Agente Operador, obedecendo a cronograma fixado pela SENARC e a SNAS, efetuará as devidas adaptações nos sistemas computacionais de operação do CadÚnico, do PBF e do PETI, divulgando aos Municípios os prazos do referido cronograma.

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome